

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E
DEZASSETE -----

----- ATA NÚMERO DOIS -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezassete reuniu na sua
Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de
Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luis Filipe Nunes Coimbra
Nazaré, coadjuvado por Joana Vanessa Henriques Medeiro, Primeira Secretária em
exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Ana Mafalda de Oliveira Dias, Rosa Maria Gomes
Lourenço, Igor Boal Roçadas, António Diogo Carvalho Gongó Carvalhada, André
Manuel Rabaça Bernardo e Vitor Jorge Oliveira Martins. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** - João Carlos Santos Pessoa e Costa,
Catarina Maria Martins Vaz Ferreira e Silva, António Manuel Pimenta Prôa e José Luís
Rezende Moreira da Silva. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** Francisco Maria
Rosa Fialho Camacho, Abel Manuel de Matos Alves dos Santos, Ana Rita Gagean de
Sousa Guerra Costenla e José Lima Andrade dos Santos Correia. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU):** – Ana Cristina Nunes Gouveia e
Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Afonso Maria da Silva Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- José Alberto da Conceição Reis, que justificou a sua ausência e foi substituído por
Vitor Martins. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da
Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Identificou e deu posse ao Membro José Luis Rezende Moreira da Silva.** -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Freguês **Vasco Coelho** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Resido na Rua Dr. Gama Barros, por trás da Avenida Estados Unidos da
América, e a questão de estar aqui tem que ver com o estacionamento na praça ali
entre a Conde Sabugosa com a Dr. Gama Barros.* -----

----- *É um trabalho que do estacionamento não há nada a opôr. No entanto, a estrutura
de passeios que está a ser feita naquele parque de estacionamento não foi pensada de
acordo com as circunstâncias sócio-económicas, digamos assim, daquele espaço.* -----

----- *Como é bem sabido, há ali dois bares com bastante afluência de gente durante a
noite, há ali bastante restauração e já por si o estacionamento é bastante complexo.
Este estacionamento não traz muitos mais lugares do que já havia e outra questão é o
estacionamento abusivo que vai continuar a acontecer, que neste caso em concreto,
devido às circunstâncias dos vários estabelecimentos ali da zona, bem como dos vários
veículos pesados que passam por ali, aquele estrangulamento na rua provoca neste
momento a que haja mesmo impasses e bloqueios das estradas, não permitindo a
circulação.* -----

----- *Eu trago aqui vários exemplos. Apesar de se falar numa melhoria da mobilidade,
mas é só mobilidade pedonal e mesmo assim não traz muito mais valências da
mobilidade pedonal. Na questão da mobilidade viária e dos muitos veículos que ali
existem, está cada vez pior e com esta situação vai haver mesmo um estrangulamento*

tanto na Conde Sabugosa como na Rua Dr. Gama Barros. É isso que trago aqui com fotografias das várias situações que tirei nestes dias para vos mostrar. -----

----- **Freguês Nuno Lopes** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sou morador de Alvalade, no Largo Frei Heitor Pinto e tenho duas questões a expor. -----

----- A primeira questão é relacionada com o estacionamento e com o excesso de velocidade. Já tenho reparado que muitas das vezes ali na rotunda, quem vem da Avenida Princesa Joana vem em excesso de velocidade e há pessoas que fazem a rotunda em excesso de velocidade e entram na Rio de Janeiro em velocidade, sem respeitar as passadeiras. -----

----- A minha sugestão é que ali fossem colocadas lombas. Não há respeito pelas passadeiras nessa zona e o excesso de velocidade é um perigo. -----

----- A segunda questão é relacionada com o estacionamento. Esta zona, como todos sabemos, é muito frequentada por restaurantes, comerciantes, é uma zona de difícil estacionamento. Eu por acaso não utilizo muito o carro, mas se retirarmos o carro durante o dia... eu tive há pouco tempo uma situação de ter que ir ao hospital e regressar a casa novamente, não consegui encontrar estacionamento nem perto da porta de casa. -----

----- Nesta zona já existiam dois locais com estacionamento para largada de passageiros, agora passou a haver um terceiro para tirar mais três lugares, além da questão das bicicletas. Mas eu penso que não é por sete lugares que isso iria resolver, porque eles ficariam rapidamente ocupados. A questão é que eu como morador nem na Rio de Janeiro, nem na Avenida da Igreja, tive que pagar para estacionar na Avenida Princesa Joana, que é o unico sítio disponível. -----

----- Eu penso que essa zona deveria estar dirigida também a quem mora aqui perto e não acontece. Portanto, é um assunto que eu deixava, que fosse alargado o estacionamento aos moradores naquela zona. -----

----- Por último, quero aqui aproveitar esta reunião e agradecer a requalificação da piscina dos Bombeiros e queria deixar aqui o meu testemunho e o meu agradecimento a todos os presentes, toda a população, coletividades e Junta de Freguesia. A população esteve envolvida e o projeto foi vencedor, de maneira que queria deixar aqui o meu testemunho e o meu agradecimento à população de Alvalade pelo apoio prestado a este projeto. -----

----- **Freguês José Diogo Douwens** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Moro na Avenida do Brasil e venho expor uma situação que tem a ver com a ciclovía que liga a Avenida do Brasil ao Lumiar. -----

----- Sou um utilizador frequente, ainda mais agora com o novo parque nas hortas sociais e há uma situação perigosa quando a ciclovía atravessa o acesso à Segunda Circular. Os carros surgem muito rápidos, já a acelerar para entrar na Segunda Circular. Ontem mesmo um filho meu praticamente foi colhido, a roda ficou inutilizada. Portanto, vinha sugerir que ali fosse colocada uma lomba.” -----

----- **Freguês Carlos Neves** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de expor aqui algumas situações nesta reunião. -----

----- Eu estou aqui na qualidade de morador na Rua das Mimosas, Bairro de São João de Brito, que foi tão visitada na altura das eleições autárquicas, e venho por este meio e perante a Assembleia de Freguesia pedir alguns esclarecimentos perante esta Mesa. -

----- O primeiro esclarecimento que eu gostaria de obter é sobre o seguinte facto: algo se está a passar nesta rua sem conhecimento dos moradores. Desde que os terrenos foram liberados pela ANA Aeroportos têm sido efetuadas varias visitas de empresas contratadas pela Câmara de Lisboa, com o intuito de efetuar levantamentos

topográficos, tanto na Rua das Mimosas como nos terrenos particulares circundantes à mesma. O que nos leva a pensar que o problema desta rua ter ficado fora do plano de legalização e loteamento, tal como foi aprovado para o Bairro São João de Brito, não é a questão de ser uma parte de terreno que não pode ter habitações, nem é mesmo a questão de estar próxima da Segunda Circular. -----

----- O problema é que a Câmara, após o levantamento das restrições da ANA Aeroportos, viu que tinha aqui um potencial para investimento e para o poder concretizar seria melhor retirar os moradores da Rua das Mimosas, mesmo que estes já aqui vivam há mais de 50 anos. -----

----- Na passada semana a Câmara teve a bela ideia de entrar com uma máquina na Rua das Mimosas a espalhar montes de terra, mesmo em sítios que tinham sido limpos por moradores e que serviam para estacionamento, logo agora que ficámos com menos estacionamento devido aos parquímetros da Rua Jorge Colaço. -----

----- A pessoa que andava encarregue a essa obra, eu perguntei e o que me foi informado pela pessoa é que estava a fazer aquelas barreiras porque iria ser criada mais uma faixa de rodagem na Segunda Circular e que até mesmo as árvores teriam que ser retiradas. -----

----- Ora, sendo isto verdade, então temos um contrasenso. Primeiro as casas não podiam estar ali porque não tinham a devida margem de segurança com a Segunda Circular, mas agora pode ser feita mais uma nova faixa de rodagem. -----

----- Os moradores apenas querem manter as suas casas, que por eles foram feitas com suor e muitas lágrimas. Apenas pedimos desde sempre vontade política, sendo essa vontade a alteração do PDM que foi anteriormente vista como possibilidade pelo Vereador Manuel Salgado. -----

----- O PDM pode demorar um, pode demorar dois, queremos é uma resposta afirmativa à questão. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **Freguês Frederico Lira** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sou residente na Avenida da Igreja e para que não restem dúvidas colaboro com Os Verdes e candidato nas últimas eleições à Assembleia Municipal de Lisboa e à Assembleia de Freguesia de Alvalade. -----

----- Eu trazia dois tópicos, um relacionado com as energias renováveis e outro com a segurança rodoviária, que podem ser bem enquadrados nesta discussão do Orçamento que terá lugar, pois será preciso investir algum dinheiro. -----

----- Sabendo nós que Portugal é um País com uma enorme dependência energética do exterior e apesar das grandes melhorias, só para dar um exemplo entre 2007 e 2016 diminuiu-se de 83,9% para 78,3%, o que é um feito considerável, a verdade é que também temos visto mais recentemente e pós- crise um aumento do consumo energético. -----

----- Particularmente neste ano, com as questões que se levantam com a seca, temos um consumo despropositado de carvão porque ainda não estávamos preparados. Nesse sentido, vai-se aumentar a fatura energética, a fatura orçamental, e o que me parece que seria razoável era pensando na existência das diversas formas que já existem para produção de energia local. Passava-me aqui a focar na parte da eletricidade. -----

----- Sem dúvida alguma faria sentido perceber que projetos, ou que incentivos e propostas a Junta de Freguesia em particular está a ter ou tem pensadas para a implementação de tecnologias de produção de eletricidade, nomeadamente ao nível da solar e provavelmente em locais próximos do consumo. Auto-consumo, não necessariamente só individualmente, mas se calhar pensando num tema mais alargado, albergando a Associação de Moradores e as zonas de cooperativas. -----

----- *Daí a minha pergunta, o que é que a Junta de Freguesia tem pensado para que possa acontecer e que modelos para a implementação da mesma.*-----

----- *O segundo tópico é o da segurança rodoviária e já se focaram aqui várias questões. Após uma breve consulta no SINAL, que é o Sistema de Informação Sobre Atropelamentos em Lisboa, consegui identificar em contos muito rápidas e olhando para os números que estão lá, cerca de trezentos atropelamentos na área da Freguesia entre 2010 e 2016. São imensos e eu foquei-me um pouco na Avenida da Igreja, dos quais se identificam cerca de 60 para o mesmo período, sendo que 45 são na parte mais a norte, na parte mais comercial, e 15 na parte apenas residencial.*-----

----- *Obviamente que toda esta zona é uma zona pedonal por excelência, dedicada ao comércio e onde estes casos não deviam acontecer.*-----

----- *Eu aqui pretendia perceber que medidas pode a Junta de Freguesia tomar e pensa tomar para que se reduzam, não sendo possível eliminar, esses atropelamentos. Será que com a colocação de mais dissuasores de velocidade?*-----

----- *Eu sei que há questões relacionadas com as competências, o que é da Junta e o que é da Câmara, mas obviamente gostava de perceber se no Orçamento estava alguma coisa concreta prevista e o que é que se pretende para o resto da Freguesia.*-----

----- **Freguesa Ana Bastos** fez a seguinte intervenção:-----

----- *"Sou residente na Rua Infante Dom Pedro, do lado de Entrecampos.*-----

----- *Não sei se a Junta de Freguesia já tem conhecimento do estado em que está um dos elevadores do acesso da estação da CP. Do lado da rampa o elevador está completamente partido, os vidros, com pedras lá dentro, a cabine está descaída. Do lado de lá está escrito, a cabine tem um desnível e de vez em quando pára.*-----

----- *Gostava de saber se a Junta de Freguesia está a fazer algum contacto de maneira a ser arranjado o ascensor, em que ponto de situação é que está.*-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por responder à questão colocada pelo freguês Vasco Coelho, relativamente ao estacionamento na Rua Conde Sabugosa, dizendo que o estrangulamento era transitório no período da obra. Os arcos de giração tinham sido testados em particular por causa do acesso dos camiões ao Pingo Doce da Rua Conde Sabugosa. Fora verificada em conjunto pela Câmara Municipal, que era o dono dessa obra e o autor do projeto.-----

----- Até ver não estava confirmado que o constrangimento não fosse meramente transitório, mas iriam acompanhar para verificar se efetivamente se materializava no terreno e poder, ainda em obra, contrariar. A questão seria endereçada à CML, em particular à Unidade de Intervenção Territorial Centro, que era o serviço responsável por aquela obra em concreto, continuando a acompanhar com todo o interesse.-----

----- Disse que ganhos só de mobilidade pedonal não eram coisa pouca, em particular naquele território. Não queria que pudesse passar em claro uma certa desvalorização que parecia sentir das palavras do freguês, porventura injustamente da sua parte. A alteração dos problemas de mobilidade pedonal naquela zona eram muita coisa, em particular porque recebiam desde muitos anos reclamações de fregueses, com certeza residentes ali na envolvente, a propósito de passadeiras que terminavam em caixas de eletricidade e outros tipo de constrangimento à circulação que eram absurdos e que seriam ultrapassados com essa obra.-----

----- Ao contrário daquilo que costumava ser a preocupação principal, essa solução fazia-se com ganho de lugares de estacionamento. Não era um saldo muito proveitoso, eram cinco lugares, mas fazia-se com um saldo positivo em termos de lugares de estacionamento.-----

----- Quanto à intervenção do freguês Nuno Lopes, queria em primeiro lugar dar-lhe nota de que estava em discussão um projeto de requalificação da Avenida Santa Joana

Princesa e que permitiria introduzir medidas de acalmia de tráfego para poder reduzir as velocidades de circulação no acesso ao Largo Frei Heitor Pinto, mas eram medidas que iriam logo desde o início da Avenida Dom Rodrigo da Cunha até à ligação da Avenida Santa Joana Princesa, até ela desembocar no Largo Frei Heitor Pinto. Essas preocupações estavam identificadas e já em debate com a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes. -----

----- Quanto ao estacionamento, porventura aí teriam uma posição mais divergente. A situação de estacionamento nessa zona era significativamente melhor do que antes e não era preciso recuar muito no tempo, um ano antes, por dois fatores essenciais: -----

----- Primeiro porque o parque de estacionamento do mercado aumentara a capacidade, designadamente do ponto de vista do prolongamento do seu horário, mais do que propriamente o aumento dos lugares de estacionamento; -----

----- Por outro lado, dizer que a Avenida Santa Joana Princesa tinha sempre lugar era uma coisa nova na Freguesia de Alvalade, porque nunca tinha lugar e passara a ter com a implementação da zona da EMEL nessa zona do bairro das vivendas e na envolvente ao edifício onde estavam, fora um rotundo sucesso. Aliás, tinha sido objeto de uma alargadíssima discussão pública, com doze horas de debate em três sessões, em que a maior parte dos moradores ao início se mostrava contra essa implementação e no fim a generalidade dos moradores concordava e atualmente tinha dúvidas que ainda houvesse um que discordasse. -----

----- Via anúncios de venda de apartamentos na zona da Dom Rodrigo da Cunha que tinham como elemento de favorecimento a facilidade de estacionamento na envolvente. Isso era uma coisa nova e resultava da implementação dessa política. -----

----- No dia em que foram ativados os parquímetros, os carros não foram com um condutor embora de onde estavam estacionados, foram camiões buscá-los. Eram carros de frotas de empresas de transportes, do tipo Cabify ou UBER, de stands de automóveis, frotas de outro tipo de empresas, que tinham o parque de estacionamento gratuito em espaço público, que devia ser de todos e não de uma ou outra empresa em concreto. -----

----- A Avenida Santa Joana Princesa tinha de um dos lados a mesma zona da EMEL que o Largo Frei Heitor Pinto, percebia-se bem qual era a área geográfica que estava em causa e que poderia ser possível estacionar ao abrigo do dístico da Frei Heitor Pinto. -----

----- Deu os parabéns ao Estrelas de São João de Brito pela fantástica vitória ao abrigo do Orçamento Participativo para a requalificação da piscina do Regimento de Sapadores Bombeiros, na Rio de Janeiro. Sabiam todos que havia já grandes patologias na piscina a precisar de intervenção mas esse projeto permitiria ir mais além, dando novas valências àquele equipamento e permitindo ligá-lo melhor à envolvente e acima de tudo construir cada vez maior capacidade de oferta desportiva por parte do Estrelas de São João de Brito. -----

----- Por parte da Junta de Freguesia tinha sido um gosto poder apoiar, na medida das suas capacidades, essa candidatura e como tivera oportunidade de dizer em privado, à terceira era de vez e tinha sido inteiramente justa essa vitória do Estrelas. -----

----- Quanto à intervenção do freguês José Diogo Douwens, tinha tomado boa nota da sua preocupação e iria pedir que fosse vista tecnicamente para saber se podiam construir uma solução consentânea ao nível técnico, junto de quem tinha o dever de controlar essa problemática e que era a CML. A Junta estaria lá, como tinha estado em tudo o que respeitava a mobilidade, para apresentar soluções concretas, nem que fosse na tentativa de acelerar o processo de resolução do problema. -----

----- Em relação à intervenção do freguês Carlos Neves, a Junta tinha acompanhado de perto essa situação. A Associação de Moradores alertara no próprio dia para o que se estava a passar, tinham entrado em contacto com a Câmara e, tanto quanto foram

informados, não existia nenhum alargamento da Segunda Circular previsto naquela zona.-----

----- O que tinha sido polémico no mandato anterior dos órgãos autárquicos não era o alargamento da Segunda Circular, pelo contrário, era até a sua redução do ponto de vista da implementação de um determinado projeto. Obviamente que não punha em causa o que o freguês tivesse ouvido, o que punha em causa era que a pessoa com quem falara estivesse efetivamente informada ou se estava simplesmente a querer contar uma narrativa que permitisse gerar um facto que o alarmasse e pusesse em polvorosa um conjunto de órgãos autárquicos. -----

----- A Câmara, e não tinha razão nenhuma para desconfiar, negava inteiramente que houvesse qualquer projeto dessa natureza. -----

----- Disse que concordava com a perspetiva de alteração ao PDM, para poder remover a Rua das Mimosas de zona *non edificandi*. Essa era a melhor solução do ponto de vista jurídico-administrativo e também do ponto de vista político para resolver o problema, mas não era a Assembleia de Freguesia que alterava o PDM, era a Assembleia Municipal. Todavia, havia ali algumas pessoas presentes, incluindo-se a si por ter inerência nesse órgão. -----

----- Era a posição que lhe parecia objetivamente mais simples, salvo se a Câmara pudesse oferecer aos moradores uma outra solução que aceitassem de livre vontade por considerarem mais favorável. Da forma como olhava para o problema no momento a solução preferida era de integrar, não podia ser nesse mas num novo loteamento, após a competente alteração do PDM. Fora esse o sentido das palavras do Vereador Manuel Salgado numa entrevista que dera à Lusa uns meses antes e, portanto, continuariam a acompanhar com a mesma intensidade essa questão.-----

----- Em relação à intervenção do freguês Frederico Lira, agradecer-lhe muito e aproveitava a oportunidade para falar um pouco do que tinha sido feito pela Junta de Freguesia de Alvalade ao nível da energia elétrica. Não tinha os números consigo, não estava especificamente preparado para abordar essa questão, mas podia dizer em primeiro lugar que estava concluída a auditoria energética a todos os equipamentos sob gestão da Freguesia, tendo-se identificado várias grandes oportunidades de melhoria, quer do ponto de vista dos equipamentos em que o utilizador era mais propriamente o público, como era o caso dos equipamentos desportivos e das escolas, mas também naqueles equipamentos em que o utilizador era mais profissional, como era por exemplo o caso dos mercados. -----

----- Em concreto relativamente ao Mercado de Alvalade Norte, bem se lembrariam que era considerado o menos eficiente do ponto de vista energético da Cidade de Lisboa. Infelizmente esse concurso não tinha sido disputado outra vez mas gostava muito de saber qual era a posição atual do Mercado Alvalade Norte, porque não se tinha feito ainda tudo mas fizera-se muita coisa. -----

----- Tinham-se colocado baterias de condensadores para conseguir otimizar ganhos marginais de energia no arranque dos equipamentos. Fizera-se a substituição de toda a iluminação do mercado por infraestrutura led. Estava concluído o estudo e o investimento incluído no Plano Plurianual de Investimentos, que seria apreciado nessa sessão da Assembleia, para a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura. Era um investimento que, a ser aprovado pela Assembleia, tinha uma rentabilidade que permitia o seu pagamento integral em quatro anos, permitindo tirar o Mercado de Alvalade Norte da lista negra da má eficiência do ponto de vista energético.-----

----- Outro equipamento com potencial de melhoria energética significativa era o posto de limpeza da Rua das Murtas, onde estava prevista a instalação de solar térmico para as

águas quentes sanitárias, para que os trabalhadores nas suas utilizações de águas aquecidas pudessem aproveitar a fantástica exposição solar que o edifício tinha. -----

----- A ideia era para além da energia elétrica, onde estavam mais avançados em termos de prioridade, continuar esse caminho do ponto de vista da gestão da água e dos resíduos. Não ia antecipar essa discussão porque havia uma recomendação específica a esse respeito para ser discutida no PAOD e, portanto, reservava-se para intervenção que faria a esse propósito.-----

----- Em relação à segurança rodoviária, sabia-se que a Avenida da Igreja era o arruamento da Cidade de Lisboa com maior número de atropelamentos e não só isso, também com o maior número de atropelamentos em passadeiras, que era uma estatística ainda mais negra. Para a Junta era razoavelmente óbvia a razão disso acontecer e não seria por falta de medidas de acalmia de tráfego diretas, porque existiam sobrelevações de passadeiras em todo esse troço. Havia um problema gravíssimo de visibilidade para a circulação automóvel na aproximação da passadeira, devido à segunda fila endémica nesse arruamento. -----

----- Referiu que tinha havido debates muito longos e muito difíceis a propósito dessa segunda fila. Cerca de dois anos antes fora discutido publicamente um projeto que modificava significativamente, porventura de uma forma pesada, a conformação daquele arruamento. A população manifestara não concordar com aquele modelo e tinha-se recuado. Um debate público que dera origem a uma não decisão, respeitando aquilo que era o resultado dessa auscultação por parte da população e particularmente por parte dos comerciantes.-----

----- Sempre se tinha dito que seria irresponsável por parte da Junta não olhar para a gravidade que esse problema tinha e não continuar a apresentar soluções que viessem a compor pelo menos os interesses em presença, que na gestão da cidade eram sempre contraditórios. -----

----- Submetera-se uma proposta de alteração do perfil da Avenida da Igreja à Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e ao novo Vereador da Mobilidade. Estava em debate animado, porque não estavam inteiramente convergentes nessa fase. A proposta que apresentaram produzia a extinção da segunda fila, fundamentalmente por diminuição do perfil da via, e aumentava os lugares de estacionamento. Passava no fundamental por alterar o perfil para um estacionamento oblíquo. -----

----- Não era a proposta ideal. Os radicais dessas coisas diriam que essa proposta era encher de lata a Avenida da Igreja. Tinha ouvido essa frase ao longo da discussão e num certo sentido era verdade, porque aumentavam em muito o número de automóveis e com isso a quantidade de metal presente naquele arruamento. Essa crítica era parcialmente justa mas permitia acomodar de uma forma recíproca os dois interesses que ali eram contraditórios.-----

----- Por um lado a preocupação dos comerciantes no acesso dos seus clientes à possibilidade de ali pararem para fazer as suas compras, o que um aumento significativo do número de lugares poderia pelo menos parcialmente acomodar, e reequilibrava-se o problema da velocidade de circulação no arruamento e de aproximação às passadeiras, através da diminuição do perfil da via. Isso com uma medida muito simples e muito barata. -----

----- A segunda fila não era um problema de estacionamento, nunca fora. Ao contrário do que a maior parte das pessoas que entrava de repente nessas discussões julgava, a segunda fila não existia onde houvesse falta de lugares de estacionamento, ela existia onde fosse possível fazer um estacionamento cirúrgico no acesso ao local concreto. As pessoas não estacionavam em segunda fila apenas pela razão de não terem lugar a 25,

50 ou 75 metros, faziam-no porque podiam e quando queriam ir exatamente àquele estabelecimento comercial porque eram só três minutos. -----

----- Esse era o comportamento que as pessoas tinham, num certo sentido legítimo para a sua organização diária, mas que colocava um problema gravíssimo à cidade e designadamente à segurança, à integridade física e à vida de pessoas. -----

----- A partir do momento em que eram esses os valores em confronto, a escolha tinha que ser clara e tinham que escolher pela vida e pela integridade física. Não havia qualquer espécie de alternativa nessa discussão. -----

----- Eram precisas medidas compensatórias, aumentando a oferta de estacionamento e criando uma lógica de tarifação que desse ao automobilista incentivos para fazer uma gestão geográfica do seu posicionamento de estacionamento. A Avenida da Igreja não tinha muitas soluções, continuavam no debate que não dava ainda nenhuma garantia de sucesso e continuariam a bater-se por essa solução, que era mais rápida, mais simples, mais barata e que permitia compor o maior número de interesses contraditórios em presença. -----

----- Se ela era a solução ideal do ponto de vista técnico, seguramente não era, mas a solução ideal do ponto de vista técnico não era a solução ideal do ponto de vista dos usos nessa fase da vida da cidade, mas iria ser. A solução proposta no momento teria uma durabilidade de entre cinco a dez anos e seria depois substituída, porque inexoravelmente o automóvel particular iria fazer o seu caminho e ser substituído por outras formas de mobilidade. Aliás, quase todas já existentes na Cidade de Lisboa e com sucesso, mesmo aquelas que estavam ainda em medidas piloto, como eram os sistemas de *carsharing*, como futuramente seriam as frotas de veículos sem condutor e por aí fora. -----

----- Esse caminho iria ser feito e passaria a ser economicamente irracional deter um automóvel individual. As pessoas fariam contas à vida e acabariam por resolver indiretamente o problema do estacionamento. Da mesma forma que quando o bairro fora desenhado não ocorria a ninguém que fosse haver um problema de estacionamento nos arruamentos transversais da Avenida da Igreja, no Bairro das Caixas. Pessoas do extrato sócio-económico que tinha ido habitar aquele bairro, não era suposto nos anos 50 que algum dia almejassem ter um automóvel, quanto mais dois ou três. -----

----- À medida que o tempo passasse iria haver recomposição das formas de viver a cidade e a cidade tinha que ter a elasticidade suficiente para se ir adaptando às formas de vida dos seus cidadãos. O momento que estavam a viver aconselhava a fazer um equilíbrio dessa natureza e era isso que se tinha proposto na senda do programa eleitoral maioritariamente sufragado nas últimas eleições autárquicas, que já tinha essa proposta política. -----

----- Em relação à intervenção da freguesia Ana Bastos, dizer-lhe que a Junta de Freguesia não apenas conhecia a situação dos elevadores como já sinalizara à EMEL e procurara insistir com essa entidade, responsável pela gestão desse equipamento, para proceder às reparações que fossem necessárias. -----

----- Havia um problema estrutural subjacente à localização daquele elevador, que era um problema de vigilância e de combate ao vandalismo que não era muito fácil de resolver e que iria implicar uma análise ainda mais profunda por todas as entidades com responsabilidade no território, designadamente com competências na área da segurança. -----

----- Era um equipamento em que tinha sido muito combativo o debate na Assembleia de Freguesia, para ele ser uma prioridade da EMEL. Servia em particular pessoas com mobilidade condicionada e que também deviam ter condições de circulação na cidade, que fosse posto ao serviço dessas pessoas sem custos de manutenção, que para além daquilo que era normal num equipamento dessa natureza, tinha sempre que responder a

problemas gravíssimos de vandalismo que tornava esse tipo de equipamento inviável para as entidades públicas de manter. -----

----- Era esse equilíbrio um pouco difícil que teria ainda de ser pensado e a Junta estava disponível para dar um contributo à EMEL nesse sentido. Trabalhavam com a PSP, fornecendo-lhes meios para patrulhamento suave, com bicicletas, e isso tinha tido algum sucesso, que não ia eliminar definitivamente o vandalismo na cidade mas que seguramente iria contribuir pelo menos parcialmente para que ele diminuísse. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DE INSTALAÇÃO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata de Instalação**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, **por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Moção** -----

“----- *Contra a transferência da sede do Infarmed para o Porto* -----

----- *Considerando que o INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., é um instituto público, sediado na Freguesia de Alvalade, e que conta com a colaboração de mais de 300 trabalhadores;* -----

----- *Considerando que, na semana passada, o Governo tornou público a intenção de mudar a sede do INFARMED de Lisboa para o Porto;* -----

----- *Considerando que se tratou de uma decisão tomada arbitrariamente sem que o Governo tivesse consultado previamente a Presidente daquele instituto ou os seus trabalhadores;* -----

----- *Considerando que uma situação desta natureza, com o impacto que tem na vida das pessoas, não pode ser tomada de forma discricionária e sem sequer ouvir os principais envolvidos na mesma, isto é, os trabalhadores, sendo certo que estes já manifestaram a sua discordância em mudar de cidade;* -----

----- *Considerando que o Governo nem sequer explicou a forma como tal mudança se realizará ou como acautelar os direitos dos trabalhadores e das suas famílias;* -----

----- *Considerando que o Governo nem sequer anunciou quais os custos inerentes a uma tal mudança ou os eventuais benefícios que a mesma poderá trazer;* -----

----- *Considerando que insistir numa decisão desta natureza poderá, ainda, traduzir-se na perda de quadros altamente qualificados, bem como na perda de competitividade e de reconhecimento internacional.* -----

----- *Pelo que,* -----

----- *A Assembleia de Freguesia de Alvalade delibera, ao abrigo do disposto nas alíneas i) e k) do n.º 2 do artigo 7.º, conjugado com as alíneas j) e k) do n.º 2 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,* -----

----- *Remeter a presente moção ao Governo, na pessoa do Senhor Ministro da Saúde, manifestando o seu repúdio pela intenção de mudar a sede do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., de Lisboa para o Porto, sem que tivesse sido apresentado qualquer fundamento que justificasse tal medida;* -----

----- *Manifestar a sua solidariedade para com todos os trabalhadores, e respetivas famílias, do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., dando-lhes conhecimento da presente moção.* -----

----- *Lisboa, 28 de dezembro de 2017* -----

----- *Os Membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo PPD/PSD – João Pessoa e Costa, Catarina Ferreira e Silva, José Luis Moreira da Silva, António Prôa.* -----”

----- **Membro João Pessoa e Costa (PSD)** disse que o INFARMED tinha a sua sede no parque de saúde do Hospital Júlio de Matos, um instituto público que contava com a colaboração de cerca de 300 trabalhadores. Tinham tomado conhecimento dessa decisão do Governo e vieram a saber nas últimas horas que não era uma transferência definitivamente resolvida. -----

----- A Senhora Presidente do INFARMED tinha dado nota do seu desconforto, tinham falado com algumas pessoas, nomeadamente a Comissão de Trabalhadores. Havia um desconforto com essa situação, com os direitos dos trabalhadores e das famílias, muitas delas moradoras no Bairro de Alvalade. Portanto, era uma decisão tão rápida e precipitada que se repercutia na vida e na esfera familiar dessas pessoas. -----

----- **Membro Ana Oliveira Dias (PS)** disse que a bancada do PS considerava tratar-se de uma questão com impacto direto e específico na Freguesia. Devido até à falta de informação sobre como tal questão se poderia processar, concordavam com a moção apresentada. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que não estava em causa a escolha de diferentes cidades para a deslocalização de diferentes entidades e organismos. Essa medida não representava por si só um processo de descentralização. Decisões intempestivas de deslocalização como essa não podiam ser feitas sem atender à sua operacionalidade e funcionamento, bem como àqueles que trabalhavam nesses organismos. -----

----- O PCP considerava fundamental assegurar a vontade dos trabalhadores e dos seus direitos e, portanto, votaria a favor da moção apresentada pelo PSD. -----

----- **Membro Abel Santos (CDS-PP)** disse que o CDS também iria votar a favor da moção, para que o INFARMED não saísse da Freguesia, mas queria deixar a nota de que um instituto público com a relevância e a importância para a vida dos portugueses, nomeadamente na regulação da qualidade dos medicamentos e na introdução no mercado de tudo o que era produto para a saúde, além de ter cerca de 300 funcionários tinha uma complexidade técnica, laboratorial e de intervenção científica muito intensa. -----

----- Só com um profundo desconhecimento e uma leviandade enorme se poderia de um momento para o outro fazer uma proposta para mudar de um ponto específico do País para outro toda uma estrutura que demorava anos a consolidar, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista humano. Nesse sentido, estavam solidários com a moção apresentada pelo PSD. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que iria votar a favor da moção, assinalando esse como um triste episódio da democracia e fazendo votos que o repúdio geral que estava a ser sentido no País tivesse frutos e se resolvesse essa situação, para bem da Freguesia e do País. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Contra a transferência da sede do INFARMED para o Porto”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Moção** -----

“----- *Promover a utilização da rede de bicicletas partilhadas*-----

----- *A rede de bicicletas partilhadas promovida pela EMEL (“Gira”) entrou em funcionamento na Freguesia de Alvalade recentemente.* -----

----- *A utilização de bicicletas como complemento ao sistema de mobilidade na cidade concorre para a promoção da utilização de modos suaves de deslocação, sendo particularmente adequada para uma freguesia com as características de Alvalade em face da sua morfologia.* -----

----- Embora as características da estrutura etária da freguesia restrinjam o público potencialmente susceptível de utilizar a disponibilidade de bicicletas para uso público, importa promover a respectiva utilização junto daqueles que podem beneficiar desta oferta. -----

----- Neste sentido, a promoção do uso de público mais jovem deve ser uma aposta do sistema “Gira”. -----

----- Considerando as condições de utilização definidas pela EMEL, verifica-se a inexistência de incentivos à utilização no contexto familiar das bicicletas partilhadas, bem como o impedimento à utilização de bicicletas por cidadãos com idade inferior aos 18 anos. A título de exemplo: um agregado familiar com 4 utilizadores potenciais terá de gastar 100 € anuais para além do valor por tempo de utilização por bicicleta. -----

----- Tais características limitam o potencial de utilização mais generalizado do sistema de bicicletas partilhadas na Freguesia de Alvalade. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida no dia 28 de novembro de 2017, delibera solicitar à Câmara Municipal de Lisboa e à EMEL: -----

----- 1. A alteração do limite de idade mínimo para a utilização das bicicletas no âmbito da rede de bicicletas partilhadas dos actuais 18 anos para os 16 anos de idade; -----

----- 2. A criação de passes familiares de acesso ao sistema “Gira”, prevendo a possibilidade de modalidades, nomeadamente de: -----

----- a) Passe anual familiar para até 4 utilizadores: 50 €; -----

----- b) Passe anual familiar para até 6 utilizadores: 75 €. -----

----- Lisboa, 28 de dezembro de 2017 -----

----- Os Membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo PPD/PSD – João Pessoa e Costa, Catarina Ferreira e Silva, José Luis Moreira da Silva, António Prôa. -----”

----- **Membro António Prôa (PSD)** começou por dar uma nota de satisfação e de orgulho por voltar a esta casa. Tinha sido eleito para a Assembleia de Freguesia então de São João de Brito pela última vez no mandato 1993-1997 e era com particular gosto que regressava a esta que era a sua Freguesia. -----

----- Quanto à moção, a questão era relativamente simples. Prendia-se com o facto de, depois de um período experimental em que a rede de bicicletas partilhadas estivera apenas acessível na zona do Parque das Nações, de acordo com o previsto ela estendia-se a outras zonas da cidade. Alvalade tinha desde alguns dias antes também disponíveis bicicletas para uso partilhado. -----

----- Era uma iniciativa da EMEL que tinha um conjunto de regras e o que suscitara a apresentação da moção eram dois aspetos muito particulares do regulamento de utilização. Por um lado o facto de ser restringido o uso das bicicletas partilhadas a maiores de 18 anos, o que parecia não fazer qualquer sentido. Aliás, de acordo com o Código da Estrada, pessoas com idade inferior a essa podiam utilizar bicicletas normalmente. Se o Município pretendia promover a utilização de bicicletas na cidade, o público mais disponível para usar as bicicletas era precisamente o público mais jovem e, portanto, essa regra tinha que ser revista. -----

----- A proposta era precisamente que a Assembleia de Freguesia manifestasse essa preocupação junto da Câmara Municipal e da EMEL no sentido de ser alterada essa restrição, passando a idade mínima para os 16 anos. Esse era um aspeto do regulamento que suscitara discordância. -----

----- Outro prendia-se com a mesma linha de otimizar a utilização desse recurso na Freguesia, fazendo a promoção do uso por parte das famílias. Por exemplo, o passe anual custava 25 euros, a que acrescia depois um custo por cada utilização, o que se propunha era no sentido de promover a utilização no contexto familiar, para que

agregados familiares pudessem beneficiar de um passe especial e davam-se dois exemplos na moção. -----

----- Eram essas propostas concretas que se faziam no sentido de promover e não sobrecarregar, não contrariar a promoção da utilização da rede de bicicletas partilhadas e o facto dela estar disponível em Alvalade. Obviamente que teria efeito em toda a cidade se fosse aceite, melhorias que poderiam beneficiar um uso mais generalizado desse modo suave de transporte. -----

----- **Membro Diogo Carvalheda (PS)** propôs que os pontos da moção fossem votados em separado. -----

----- Disse que o PS era sempre a favor da mobilidade suave e todo o tipo de infraestruturas que potenciasses esse tipo de mobilidade na Freguesia de Alvalade. Nesse sentido, iriam votar a favor do primeiro ponto da moção. No entanto, relativamente ao segundo ponto, iriam votar contra e justificava as razões porque o iam fazer. -----

----- A questão do custo que era abordada na moção não parecia bem fundamentada, dada a falta de experiência que existia na Freguesia com esse tipo de utilização. Nesse sentido, não deviam enoveredar por esse caminho e tentar fazer um estudo para chegar a um custo mais fundamentado no futuro. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que da parte do CDS-PP era com agrado que acolhiam essa moção apresentada pelo PSD, porque tinha como centro uma preocupação essencial de apoio às famílias e sensibilização para promover a mobilidade por bicicletas. -----

----- Não obstante alguma salvaguarda técnica que pudesse haver ali, enaltecia a promoção desse debate, um tema que muitas vezes era polémico, muitas vezes toldado pela questão do estacionamento. -----

----- Podia haver uma diferenciação entre o uso da bicicleta com motor elétrico e sem motor elétrico, mas era de saudar a iniciativa e a posição do CDS-PP seria de votar favoravelmente os pontos presentes na moção. -----

----- **Membro António Prôa (PSD)** anunciou que iria propor uma alteração, indo ao encontro das preocupações manifestadas pelo PS. Retirava em concreto a proposta sobre os valores e alterava a redação do ponto 2: *“A criação de passes familiares de acesso ao sistema “Gira”, prevendo a possibilidade de modalidades que favoreçam a utilização por parte de famílias”*. Portanto, sem quantificar e sem poder ir além de qualquer estudo que devesse ser feito. -----

----- **Membro Diogo Carvalheda (PS)** disse que o PS votava a favor dessa proposta de alteração. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que era dentro do espírito aberto que sempre existira em Alvalade e da dinâmica de alterações propostas em tempo real pelos grupos. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Promover a utilização da rede de bicicletas partilhadas”**, apresentada pelo PSD, com a nova redação anunciada no ponto 2, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Recomendação** -----

----- *“Horário alargado no Aeroporto Humberto Delgado -----
----- Considerando que, na edição de 18 de novembro foi publicado no “Primeiro Caderno” do jornal Expresso uma notícia a dar conta da intenção da ANA – Aeroportos de Portugal em aumentar a capacidade do Aeroporto Humberto Delgado; -*

----- Considerando que, de acordo com a referida notícia, a ANA pretenderá aumentar o “número de movimentos por hora no Aeroporto Humberto Delgado, dos atuais 38 para 44, e o alargamento do horário de funcionamento de 18 para 20 horas”; -----

----- Considerando que o ruído aeronáutico é das principais fontes de desconforto da população, estando a sua ocorrência relacionada com diversos problemas de saúde; ---

----- Considerando também que o aumento da capacidade do Aeroporto Humberto Delgado traduzir-se-á num aumento da poluição sonora e atmosférica de Lisboa; -----

----- Considerando ainda que os moradores de Alvalade são particularmente afetados pelo ruído causado pelo tráfego de aviões que passam pela nossa freguesia, -----

----- Considerando, por fim, que é imperativo determinar se o conteúdo das notícias divulgadas é verdadeiro e, em caso afirmativo, qual o impacto que poderá trazer na vida dos residentes de Alvalade; -----

----- Pelo que, -----

----- A Assembleia de Freguesia de Alvalade delibera, ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 7º, conjugado com as alíneas j) e k) do nº 2 do artigo 9º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, -----

----- Promover a realização de um debate sobre a matéria em causa e que conte com a presença de todas as forças políticas eleitas para a Assembleia de Freguesia de Alvalade, assim como da ANA – Aeroportos de Portugal, a NAV – Portugal, a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Lisboa, 28 de dezembro de 2017 -----

----- Os Membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo PPD/PSD – João Pessoa e Costa, Catarina Ferreira e Silva, José Luis Moreira da Silva, António Prôa. -----”

----- **Membro João Pessoa e Costa (PSD)** disse que a recomendação decorria de uma notícia recente no jornal Expresso e que dava conta da intenção da ANA em aumentar a capacidade do Aeroporto Humberto Delgado. -----

----- A posição do grupo do PSD era que essa notícia visava aumentar o número de movimentos por hora no Aeroporto Humberto Delgado, visava também o alargamento do seu horário. Os voos começavam, segundo julgava, às seis da manhã e a ideia era aumentar os voos noturnos e que os voos da manhã passassem para mais cedo. -----

----- Leu excertos da recomendação e disse que, segundo a notícia do Expresso de 18 de novembro, a Câmara Municipal de Lisboa estaria contra essa iniciativa de alargamento dos horários do Aeroporto Humberto Delgado. -----

----- **Membro Diogo Carvalheda (PS)** disse que o PS estava de acordo com as razões evocadas na recomendação. Tudo o que pudesse pôr em causa mais tarde os fregueses de Alvalade, ficavam preocupados com esse tipo de situações. Nesse sentido, como se tratava de uma questão da Freguesia, o PS entendia ser necessária essa recomendação, de forma a que fossem minimizados os impactos para os fregueses de Alvalade. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que concordava com os considerandos da recomendação. A única dúvida era se esse debate deveria ser feito na Assembleia de Freguesia de Alvalade. Dizia isso porque o alargamento do horário de funcionamento do aeroporto e as operações de aterragem e descolagem afetavam toda a Cidade de Lisboa. -----

----- Estavam muito próximos de uma das pistas, a que passava por cima do Hospital de Santa Maria e do Parque de Saúde, mas era um problema que afetava a cidade toda. Entendia que teria mais eficácia se o problema fosse debatido no âmbito da Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a última intervenção lhe tinha suscitado um comentário, só para dizer o que lhe ia na alma relativamente a esse assunto e de uma forma muito sucinta. -----

----- A primeira coisa era que se revia nas preocupações de quem apresentara a recomendação, porque se havia alguém a sofrer com o barulho dos aviões eram os fregueses de Alvalade. Sabia bem o que isso era, todos sabiam, uns mais do que outros.

----- A segunda nota era que de facto se tratava de um problema da cidade, mais ainda era um problema do País e que já devia ter sido resolvido antes. Desse ponto de vista era algo que extravazava em muito o âmbito desta Freguesia. Politicamente e economicamente já devia ter tido outra solução, que não tivera. -----

----- Tardava a haver uma solução para o segundo ponto de aterragem no Montijo, por razões que os ultrapassavam mas que gostariam de conhecer. Uma razão mais para poderem solicitar a presença da ANA e saber que razões determinavam o atraso verificado nesse plano B, já que o plano A não se verificara e que era a construção do novo aeroporto. Isso penalizava os fregueses de Alvalade em primeiro lugar e mais do que quaisquer outros na Cidade de Lisboa. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Horário alargado no Aeroporto Humberto Delgado”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**-----

----- **Moção** -----

“----- *Limitar desperdícios de água*-----

----- *Portugal vive uma situação de seca extrema na generalidade do território que tem motivado a preocupação dos cidadãos e mobilizado a intervenção dos decisores.*-----

----- *Recentemente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em sintonia com a preocupação Nacional, anunciou um conjunto de medidas de restrição do uso de água por parte dos serviços do município.*-----

----- *A Junta de Freguesia de Alvalade anunciou também medidas de diminuição do consumo de água no âmbito das suas competências.*-----

----- *Embora a escassez de água não atinja directamente a cidade de Lisboa dadas as condições privilegiadas de que dispõe, importa sublinhar pelo exemplo o esforço nacional de utilização racional da água.*-----

----- *Importa que as medidas agora anunciadas sejam um ponto de partida para uma acção consistente e duradoura no uso eficiente da água.*-----

----- *As medidas agora anunciadas revelam que existe um caminho a percorrer para corrigir desperdícios e utilizações ineficientes da água.*-----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 28 de Novembro de 2017, recomenda à junta de freguesia:*-----

----- *1. A elaboração de um plano de acção para o uso eficiente da água na freguesia de Alvalade que seja calendarizado e que reúna as iniciativas a tomar, nomeadamente:*

----- *A adopção de práticas para o uso eficiente da água em instalações municipais;---*

----- *A modernização dos sistemas de circulação de água em lagos e fontes ornamentais, nomeadamente através da recirculação da água;-----*

----- *A instalação de sistemas inteligentes de rega nos espaços verdes;-----*

----- *A aplicação de sistemas de monitorização do consumo de água em instalações da junta de freguesia, espaços verdes e lavagem de ruas; -----*

----- *O estudo sobre a viabilidade do aproveitamento de água proveniente de nascentes na cidade; -----*

----- *O desenvolvimento de projectos de aproveitamento de água da chuva em instalações da freguesia.*-----

----- *2. A divulgação permanente dos consumos de água decorrentes da instalação de sistemas de controlo.*-----

----- *3. A divulgação dos planos de lavagens das ruas da freguesia.*-----

----- 4. O desenvolvimento de um programa de sensibilização para o uso eficiente da água junto das escolas, instituições e fregueses em geral.-----

----- Lisboa, 28 de dezembro de 2017-----

----- Os Membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo PPD/PSD – João Pessoa e Costa, Catarina Ferreira e Silva, José Luis Moreira da Silva, António Prôa. -----”

----- **Membro António Prôa (PSD)** começou por dizer que tinham tomado boa nota da iniciativa pronta da Junta de Freguesia relativamente a um conjunto de iniciativas que anunciara quanto a essa preocupação que era nacional, para não ir mais longe. -----

----- Quase que inspirado por essas iniciativas anunciadas pelo Senhor Presidente da Junta, mas que o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciara também, julgava que poderia dar ali um contributo para tornar mais permanente essa preocupação. Não necessariamente que pensasse ser uma preocupação passageira por parte do Senhor Presidente da Junta e do Executivo, mas por julgar que toda a Assembleia de Freguesia se poderia comprometer com esse esforço, que deveria ser um esforço coletivo da Junta desde logo, da Assembleia de Freguesia, mas dos fregueses em geral. -----

----- Nesse sentido, reconhecendo as iniciativas da Junta de Freguesia, entendiam poder dar um contributo para tornar sistemático, escrutinável e permanente no tempo um conjunto de iniciativas, algumas delas anunciadas pela Junta. -----

----- A recomendação era no sentido de conformar com um plano de ação para uso eficiente de água o conjunto de medidas que foram anunciadas e mais algumas que julgavam ser pertinentes.-----

----- Leu excertos da recomendação. -----

----- Disse que podiam ser boas medidas para condensar num plano de ação que devia ser calendarizado, monitorizado, divulgado até do ponto de vista pedagógico para que todos se comprometessem relativamente a essa causa comum. -----

----- Era um conjunto de contributos que o PSD pretendia dar para que a Freguesia, que tomara a iniciativa de anunciar um conjunto de medidas, pudesse ser consistente no tempo relativamente a essas preocupações. Era também uma forma da Junta de Freguesia se comprometer com um conjunto de medidas que lhe pareciam muito oportunas. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que a CDU ia votar a favor da recomendação, mas não era a primeira vez que a CDU alertava, tendo proposto noutras ocasiões e noutros organismos o uso das águas autóctones recicladas para lavagem das ruas em detrimento do uso da chamada água da companhia. -----

----- Essas propostas foram apresentadas, se não estava errado, quando era Presidente da Câmara o Engenheiro Carmona Rodrigues, que assumira a sua importância mas não colocara em prática. O Vereador Sá Fernandes tinha pegado também nessa ideia do Arquiteto Ribeiro Teles para criar depósitos nos logradouros... -----

----- À semelhança do que acontecera com os recentes fogos florestais, era preciso chegar-se a uma situação extrema como acontecia atualmente com a seca para se procurar implementar as soluções. Mais uma vez estavam a reagir ao problema, em vez de se trabalhar por antecipação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a recomendação do PSD e a intervenção do PCP porque permitia recuperar aquilo que tinha sido feito pela Junta de Freguesia de Alvalade nesse âmbito. -----

----- Tinham a manutenção atual de espaços verdes desde 2014 e logo em 2015 a Junta começara a usar uma aplicação disponibilizada pela EPAL que efetuava a administração dos consumos de água e permitia com isso controlar e fiscalizar os pontos de eventuais fugas.-----

----- Em todos os espaços verdes requalificados entre 2015 e 2017 foram instalados sistemas de rega gota a gota para controlar melhor a quantidade de água fornecida às espécies que ali eram plantadas, que também eram desde logo exemplares autóctones da flora mediterrânica e, portanto, com menos carências de rega. As espécies eram já escolhidas para a requalificação olhando à necessidade de água que teriam para sobreviver.-----

----- Alteraram-se sistemas de funcionamento de bebedouros, designadamente o da Praça Frei Heitor Pinto, para poder controlar o período de utilização da água.-----

----- Nos espaços que não tinham sistemas de rega automática instalaram-se, designadamente na Rua Mem de Sá, na Avenida Rui Nogueira Simões, na Rua Dom Pedro Cristo, sistemas de rega automática para evitar a rega manual, que desperdiçava sempre maior quantidade de água.-----

----- Fizera-se a avaliação da viabilidade de implementação de sistemas de circulação de água, designadamente no Largo Frei Heitor Pinto, e também da implementação de um furo para captação de águas subterrâneas na rega dos espaços verdes da Alameda da Cidade Universitária.-----

----- Ao nível da gestão da água nos equipamentos implementaram-se medidas de diminuição do consumo de água nas descargas dos autoclismos das escolas básicas do primeiro ciclo e dos jardins de infância.-----

----- No mapa de pessoal que iriam aprovar em conjunto com o Orçamento estava também mais um recurso humano para a divisão de espaço público e equipamentos, com vista a aumentar a capacidade de fiscalização da Junta de Freguesia nos contratos de manutenção dos espaços verdes, com vista também a controlar o desempenho da água das regas desses espaços.-----

----- O que se tinha feito face à situação de seca vivida no País era apenas ativar as medidas que eram ativadas excecionalmente quando existiam efetivamente situações excecionais às quais acudir. Desde logo suspender a lavagem das ruas, exceto em situações de salubridade e com preferência para a utilização de água reutilizada, que ia das ETARs, água quase potável.-----

----- Tinham-se reduzido as operações de lavagem do Mercado de Alvalade e do Mercado de Levante que eram feitas diariamente com água a alta pressão. Reduzira-se, salvo focos de insalubridade que fosse necessário remover.-----

----- Sensibilizaram-se os comerciantes dos mercados para uma utilização mais regrada da água nas suas bancas.-----

----- Interrompera-se a rega dos espaços verdes e do arvoredos, salvo quando ela fosse necessária para manter a sobrevivência das espécies vegetais plantadas nesses espaços.-----

----- Estavam a trabalhar na melhoria da eficiência da utilização e consumo de água em espaços verdes, arruamentos e equipamentos da Freguesia pelo menos desde 2015 e continuariam a fazê-lo de uma forma estruturada.-----

----- A auditoria feita aos consumos energéticos estava prevista ser alargada para a utilização de resíduos e para o consumo da água durante o mandato, essa proposta estava no programa. Portanto, as únicas considerações que em concreto depositava sobre a recomendação, independentemente da sua bondade, eram algumas coisas que porventura decorriam de não estarem a par dessas políticas que referenciara.-----

----- Estavam a recomendar à Freguesia que fizesse aquilo que já fazia nalgumas dimensões, outras podiam corresponder a ideias que, ao serem decalcadas de textos equivalentes de órgãos municipais, na escala da Freguesia podiam merecer algum grão de sal, designadamente o problema dos sistemas inteligentes de rega. Muitas vezes ao nível municipal existia escala para grandes espaços verdes, maiores que 100 metros quadrados, mas à escala de espaços verdes da Freguesia isso não era especialmente

eficiente e representava um custo que uma organização como a Junta de Freguesia não tinha capacidade de comportar. -----

----- Uma política dessa escala teria que ser sempre de base municipal, que depois se repercutia em ganhos para as próprias Freguesias. -----

----- Do mesmo modo o problema do reaproveitamento das águas da chuva, ou porventura da criação de depósitos ou de furos para depois serem utilizados em água de rega colocavam, tanto quanto tinham sido informados pelos técnicos, alguns problemas do ponto de vista da saúde pública. Na dispersão geravam aerossóis, microorganismos nocivos para a saúde humana. O exemplo dado pelos serviços camarários era a legionela. -----

----- A seu ver, estavam perfeitamente alinhados do ponto de vista daquilo que era o propósito de melhor utilização dos recursos que eram escassos, em particular da água, como estavam muito focados na questão da sustentabilidade e com grande prioridade sobre a energia elétrica nessa fase, que era onde podiam ter mais impacto e mais rapidamente produzir resultados. Tinham feito esse caminho e, portanto, não podia deixar de sinalizar algumas limitações que a recomendação oferecia e que não iam perturbar o empenho da Junta no sentido de continuar a desenvolver as medidas que tinham sido um sucesso pelo que compreendia, discreto, porque mesmo cidadãos atentos podiam não estar completamente sensibilizados para ele. -----

----- Era também uma oportunidade de poder esclarecer essa dimensão da atividade da Junta, que como muitas vezes a faziam com toda a naturalidade não se prestavam a divulgar de uma forma mais ampla. A campanha específica da seca tinha permitido, gerando algum aumento da atenção dirigida ao problema do consumo da água por entidades públicas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Limitar desperdícios de água”**, apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, CDU e BE) e 8 abstenções (PS). -----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** apresentou o seguinte documento; -----

Moção

“----- *Pela defesa dos Transportes Públicos e pelo direito à mobilidade em Alvalade e na Cidade de Lisboa* -----

----- *Considerando que:* -----

----- *Diariamente os utentes do Metro de Lisboa, da Carris, se deparam com a ocorrência de perturbações na linha do Metro e atrasos ou supressões de autocarros em diversas carreiras e linhas;* -----

----- *No Metro de Lisboa, tal como acontece com a Carris, os tempos de espera, o número insuficiente de autocarros e de carruagens – no Metro de Lisboa 30 carruagens estão imobilizadas das 111 que deviam estar ao serviço -, a qualidade e o conforto dos meios de transporte, as constantes avarias nas escadas rolantes e nos elevadores, a falta de funcionários nas bilheteiras e estações, o encerramento da Estação de Arroios e o elevado preço dos títulos de transporte são preocupações diárias manifestadas pelos utentes dos transportes públicos da cidade capital do nosso país; recentemente, o Metro reforçou a sua oferta durante a Web Summit à custa de uma maior degradação do serviço público nas restantes linhas;* -----

----- *O fim das carreiras (721, 768 e 33) e a alteração ou encurtamento dos percursos (727, 749, 755) obrigam as pessoas a transbordos e deslocações a pé;* -----

----- *A Freguesia de Alvalade tem muma grande população envelhecida e com dificuldades de locomoção, a residir nos vários pontos da freguesia, que se vê*

condicionada na sua mobilidade, pela falta de transportes públicos, ou inexistência de acessibilidades que garantam a sua utilização; -----

----- Paralelamente, a degradação da qualidade dos transportes públicos aumentou a circulação de viaturas privadas na cidade aumentando a pressão sobre o trânsito e o estacionamento na cidade; -----

----- É necessário redefinir as prioridades da rede de transportes públicos de Lisboa, garantir o investimento nos serviços de transporte público, com a contratação dos trabalhadores necessários, o alargamento das redes e a redução das tarifas aplicadas;

----- A Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida no dia 28 de novembro, delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que actue com determinação no âmbito das suas competências próprias e que intervenha junto do governo no sentido de se proceder; -----

----- 1. À contratação de mais maquinistas para o Metropolitano de Lisboa, como prometido há mais de um ano; -----

----- 2. Ao reforço do número de trabalhadores, de modo a garantir um bom funcionamento dos transportes públicos na cidade de Lisboa, a sua boa manutenção, bem como a reparação e funcionamento das respectivas infra-estruturas e instalações;

----- 3. À aquisição atempada de peças e equipamentos de modo a assegurar atempadamente todas as operações de reparação e manutenção; -----

----- 4. À reposição da carreira 721 e à correcção da rede da Carris, repondo as carreiras e horários em falta necessários à reposição dos níveis de qualidade de transporte que se verificavam antes do início desta reestruturação; -----

----- 5. Ao desenvolvimento de uma rede de parques de estacionamento dissuasores periféricos, de ligação aos meios de transporte público e gratuitos para os utentes desses transportes, com condições de segurança e acção fiscalizadora eficaz; -----

----- A Assembleia de Freguesia de Alvalade delibera ainda remeter a presente recomendação para: -----

----- Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade. ----- ”

Membro Francisco Camacho (CDS-PP) disse que o grupo do CDS revia-se na moção apresentada, no sentido de uma moção também já apresentada em sede da Assembleia Municipal de Lisboa. Portanto, tal como votara na Assembleia Municipal, o CDS votaria favoravelmente a moção na Assembleia de Freguesia, ainda que se denotasse alguma diferença ao nível da forma, na interpelação e eventuais críticas que surgiram na Assembleia Municipal, mas quanto ao essencial estavam de acordo. -----

Membro João Pessoa e Costa (PSD) anunciou que o PSD iria votar favoravelmente a moção. -----

Membro Diogo Carvalheda (PS) disse que a melhoria do serviço público prestado pelos transportes públicos no Município de Lisboa tinha sido sempre uma preocupação do PS, em particular do atual Primeiro-Ministro no presente e no passado enquanto Presidente da Autarquia de Lisboa. Nesse sentido procedera-se à municipalização da Carris. -----

Cabia à Carris e ao Município de Lisboa discutir e tentar encontrar soluções para o tipo de problemas levantados na moção e ainda havia muitas alternativas que poderiam ser encontradas antes de partir para as recomendações que eram feitas na moção. -----

Nesse sentido, o sentido de voto do PS seria a abstenção. -----

Membro Afonso Moreira (BE) disse que iria votar favoravelmente. Esperava que a moção fosse bem vinda ao nível da Câmara, até porque o próprio acordo estabelecido

ao nível da Câmara previa a contratação de mais maquinistas, de mais pessoal para o Metropolitano e para a Carris. Como tal, esperava que isso tivesse bons frutos.-----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que era um tema muito sensível para o PSD, estava no programa eleitoral a questão da mobilidade na Freguesia. Não estavam nada de acordo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que o problema do estacionamento estaria resolvido. Não se conseguia estacionar na Freguesia a qualquer hora.-----

----- Quanto à mobilidade em si, estavam completamente de acordo com a moção apresentada pelo Partido Comunista e iriam votar favoravelmente.-----

----- Estavam com muita expectativa para ver o que iria significar a nova medida de ser o Município a gerir a Carris, se seria a melhor solução para a Cidade de Lisboa e para os cidadãos de Lisboa. Era preciso estarem atentos, era preciso recomendar medidas concretas, era preciso que não houvesse depois desculpas de não haver mobilidade por não existir capacidade municipal para gerir a Carris.-----

----- A solução tinha sido encontrada e todos exigiam que fosse a melhor solução para a cidade, para os lisboetas, e que conseguissem realmente ter um acesso à mobilidade através desse meio fundamental de transporte na cidade. Mais autocarros eram necessários, mais carreiras. Por isso o PSD era claramente favorável.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Pela defesa dos Transportes Públicos e pelo direito à mobilidade em Alvalade e na Cidade de Lisboa”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, CDU e BE) e 7 abstenções (PS).-----

----- **Recomendação** -----

“----- *Uma solução justa para todo o Bairro São João de Brito* -----

----- *Na Freguesia de Alvalade encontra-se presente um dos bairros com melhor convivência intergeracional de Lisboa, o Bairro São João de Brito.* -----

----- *No Bairro São João de Brito habitam 342 pessoas, num total de 120 famílias, sendo composto por 118 edifícios e 125 alojamentos.*-----

----- *O Bairro São João de Brito, com mais de 50 anos de história, encontra-se, actualmente, a viver um momento de grande expectativa em torno do seu processo de legalização, fruto do levantamento da certidão aeronáutica, resultante do parecer positivo da Autoridade Nacional da Aviação Civil.*-----

----- *O CDS-PP congratula-se pela decisão de loteamento levada a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), no Processo nº 11 URB 2017, com a futura realização de obras de requalificação, bem como os esforços operados pela Junta de Freguesia de Alvalade, ao longo dos anos, para a resolução mais favorável aos moradores do Bairro.* -----

----- *Contudo, não se pode deixar de salientar que permanece uma inaceitável situação de incerteza e de indecisão. Em particular, a Rua das Mimosas encontra-se excluída do Plano Director Municipal (PDM), estando sob a denominação de área não edificável. -*

----- *Esta circunstância, perfeitamente modificável, tem condicionado a vida de diversas famílias, na medida em que se tratam de 22 fogos excluídos do processo de legalização acima referido. Esta é uma situação alterável, nomeadamente sob a égide da CML, dependendo deste órgão municipal a elaboração de um Plano de Pormenor para a Rua das Mimosas, possibilitando, enfim, o processo de legalização e loteamento da zona em consideração.* -----

----- *Assim, importa sensibilizar a Junta de Freguesia para um exercício de fiscalização e permanente pressão diante da CML, em torno do processo de legalização do Bairro São João de Brito.* -----

----- Neste sentido o CDS-PP, na sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Alvalade reunida a 28 de Novembro de 2017, propõe recomendar à Junta de Freguesia de Alvalade que, almejando uma solução justa para todo o Bairro São João de Brito: --

----- 1. Proceda ao contínuo exercício de fiscalização do processo de legalização e loteamento do Bairro São João de Brito, garantindo a sua correcta execução; -----

----- 2. Pugne pela contínua limpeza e segurança da zona em apreço, de modo a garantir aos seus moradores a continuação de uma habitação digna e tranquila; -----

----- 3. Salvaguarde que tudo fará, dentro das suas competências e exercício de influências política e representativa, para que a Rua das Mimosas seja abrangida pelo processo de loteamento, particularmente garantindo um resolução justa para os seus moradores, ao ficarem naturalmente nas habitações que lhes pertencem por direito. ----

----- 4. Dê conhecimento desta recomendação ao Pelouro do Urbanismo e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Pelo Grupo da Assembleia de Freguesia do CDS-PP – Francisco Camacho. ----- ”

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que a apresentação dessa recomendação decorria de uma sensibilidade que tinha ficado ali muito evidente, um grande grau de incerteza e de indecisão perante um acontecimento que em si o CDS congratulava, que era a decisão levada a cabo pela CML de loteamento do Bairro São João de Brito. Essa era uma decisão que devia levar ao contentamento do plenário e dos fregueses de Alvalade, mas a situação de incerteza e indecisão espalhava-se um pouco pelo Bairro São João de Brito. Tiveram nesse dia um relato que expunha um pouco esse ponto de situação. -----

----- Leu excertos da moção. -----

----- **Membro João Pessoa e Costa (PSD)** anunciou que o PSD iria votar favoravelmente a recomendação do CDS, tendo duas ou três coisas a dizer sobre essa matéria. Uma era que o Bairro São João de Brito merecia, como se recomendava e como já estava a ser feito, um trabalho de requalificação da zona. -----

----- O PSD subscrevia algumas das preocupações dos últimos pontos. Só pedia ao representante do CDS um ponto que considerava importante e que o Senhor Presidente fizera referência numa nota anterior, que era terminarem as obras no parque desportivo São João de Brito. Tinham começado, depois julgava ter havido um problema com o empreiteiro. Que terminassem as obras e que pudessem ter naquela zona não só o bairro mas também o parque desportivo qualificado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que compreendia a questão. -----

----- O título da recomendação era “Uma solução justa para todo o Bairro São João de Brito”. Contudo, o foco muito específico dessa proposta de recomendação era a Rua das Mimosas e receava que pudesse ser demasiado abusivo ter-se uma latitude tão grande que se permitisse incluir um ponto que de facto saía fora do âmbito e do espírito de quem tinha proposto essa recomendação. -----

----- O Bairro São João de Brito era muito grande e havia muitos temas que podiam abordar, independentemente de se rever pessoalmente no desejo de que as obras do parque desportivo fossem concluídas o mais rapidamente possível. Nesse sentido, sugeria que se mantivesse a letra original da recomendação. -----

----- **Membro Igor Roçadas (PS)** disse que gostaria de perceber o ponto do complexo desportivo, entender essa situação para depois poderem avaliar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que não era preciso pedir uma interpretação. Era uma prerrogativa da Mesa da Assembleia de Freguesia ter uma interpretação mas flexível do que o regulamento indicava relativamente à letra das propostas. Isso já fora aplicado em diversos momentos. -----

----- Nessa altura e face ao texto, face ao âmbito da proposta apresentada, não podia haver esse entendimento tão amplo, pelo que se circunscreviam ao que ali era proposto e convidando os Membros a fazer uma proposta condicente com aquilo que tinha sido apresentado pelo Membro João Pessoa e Costa.-----

----- **Membro Igor Roçadas (PS)** disse que, no seguimento do já afirmado pelo Senhor Presidente, a bancada do PS gostaria de enaltecer os resultados atingidos pela Junta de Freguesia num problema de quatro décadas, onde numa conquista histórica se conseguira a sua resolução, num grande esforço conjunto com a população do bairro.---

----- Toda e qualquer solução que visasse a resolução de questões no bairro teria sempre o empenho e dedicação do PS, para garantir o bem estar e desenvolvimento do bairro e da Freguesia. O PS votaria favoravelmente. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** referiu que era apenas para dar ênfase à posição do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

----- Por um lado o parque desportivo não pertencia ao Bairro São João de Brito e, por outro lado, as obras desse parque eram da responsabilidade da Junta de Freguesia e a moção remetia uma recomendação para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Obviamente que iriam votar a favor do texto apresentado pelo CDS.-----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que o BE tinha ido visitar o local e perceberam que a localização da Rua das Mimosas, perto do aeroporto, perto de uma grande via de circulação, podia fazer desejar certos interesses imobiliários e não só. Portanto, era com grande preocupação que viam ser criadas decisões em relação à ocupação desses espaço. -----

----- O BE iria votar favoravelmente mas gostava de assinalar que estavam ali porque a Associação de Moradores e os próprios moradores se organizaram e continuavam a ir às reuniões. O seu agradecimento por esse exemplo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Uma solução justa para todo o Bairro São João de Brito”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Continuando, referiu que o CDS-PP tinha apresentado em tempo útil um Voto de Saudação ao 25 de Novembro de 1975 e antes da Assembleia reformulara o texto, simplificando e com algumas alterações na letra. -----

----- A nova redação era aceite pela Mesa, na medida em que não alterava o espírito da proposta, independentemente do sentido da votação que a Assembleia entendesse. Sendo essa a vontade do CDS-PP, não via nada em sentido contrário, uma vez que o espírito original se mantinha. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que a alteração tinha sido feita por uma questão muito básica e que parecia ser o espírito da Assembleia. Era uma formatação do texto a nível de forma, permitindo haver um espírito mais congregador em torno da proposta de voto de saudação. -----

----- Leu e apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- *42 Anos do 25 de Novembro de 1975* -----

----- *Os eleitos do CDS na Freguesia de Alvalade vêm apresentar um voto de Louvor pelos 42 anos dos acontecimentos ocorridos no dia 25 de Novembro de 1975.*-----

----- *Esta data simboliza a vitória da liberdade, da ordem e da assumpção do Estado, criando as bases e as condições necessárias para o caminho que nos levou à democracia plena, pelo que o 25 de Novembro marcou o início do triunfo da Revolução Democrática sobre as demais.* -----

----- *Enaltece-se o esforço dos militares, apoiados pelos partidos políticos democráticos, e de muitos outros compatriotas, que arriscaram as suas vidas nos combates desse dia para que a Democracia pudesse subsistir e consolidar-se no nosso País.* -----

----- *Por estas razões, reconhecemos que o “25 de Novembro” tornou possível que todos os partidos e ideologias pudessem co-existir e participar no percurso de mais de 40 anos que percorremos desde então, acolhendo todos, quer os que se opunham na altura quer os que apoiavam.* -----

----- *Hoje, todos devemos estar empenhados na defesa do País e da melhoria das condições de vida dos cidadãos, pelo que o espírito “normalizador” e conciliador do 25 de Novembro pode e deve ser saudado.* -----

----- *Assim, o Grupo da Assembleia de Freguesia de Alvalade do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 28 de Novembro de 2017, que: -----*

----- *Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade. Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.* -----

----- *Lisboa, 28 de Novembro de 2017* -----

----- *Pelo Grupo da Assembleia de Freguesia do CDS-PP – Francisco Camacho.* ----- ”

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que o PSD acompanhava o voto de saudação do CDS-PP e votaria favoravelmente. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que a CDU iria votar contra essa saudação e apresentaria depois uma delaração de voto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era comum existirem votos apresentados na Assembleia de Freguesia a diversos propósitos e, independentemente do sentido da sua votação, sempre foram apresentados de uma forma tempestiva e por antecipação. Nunca uma proposta de voto fora apresentada à posterióri. -----

----- Confessava que teria esperado um voto de saudação pelo 1º de Dezembro e ficava surpreendido por não ter surgido uma proposta nesse sentido, por maioria de razão tendo sido um feriado restaurado. -----

----- Por todas essas razões votaria contra, pessoalmente, o voto apresentado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “42 Anos do 25 de Novembro de 1975”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com 11 votos contra (PS, CDU e BE) e 8 votos a favor (PSD e CDS-PP). -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“... faz parte da bancada do CDS um Membro que já fez parte da Assembleia anterior e que votou contra um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares, embora na primeira versão aparece uma saudação ao Dr. Mário Soares, e também nessa ocasião votou contra o 25 de Abril. É esta hipocrisia que queremos denunciar. ---*

----- *Era bom que aqui também se recordasse os que no chamado PREC foram assassinados, espancados, por elementos ideologicamente ligados à direita. As últimas revelações históricas e os últimos artigos demonstram o envolvimento nesses assassinatos no verão de 75.* -----

----- *Estão neste caso muitos militantes de partidos políticos da esquerda, nomeadamente do PCP.* -----

----- *Estas omissões colocam objetivamente os proponentes deste documento na posição de herdeiros morais de tudo aquilo que aconteceu de perseguições políticas a alguns dos militantes dos partidos da esquerda.* -----

----- *O voto contra da CDU constitui-se assim numa saudação a todos os resistentes anti-fascistas portugueses e a todos os cidadãos portugueses mortos na luta pela construção da Democracia, antes e depois do 25 de Abril.* -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“O PSD votou favoravelmente a saudação ao 25 de Novembro de 1975, tal como votaremos em relação ao 25 de Abril de 1974. Nós celebramos a liberdade, nós celebramos a razão porque podemos hoje estar aqui nesta Assembleia de Freguesia defendendo o Poder Local e defendemo-lo por causa do 25 de Abril de 1974 mas também, muito fundamentalmente, pelo 25 de Novembro de 1975.* -----

----- *Se esta data não tivesse acontecido, se os militares que também fizeram esta data não o tivessem feito, tenho muitas dúvidas que hoje eu pudesse estar aqui a falar em nome dos cidadãos de Alvalade nesta Assembleia de Freguesia.*-----

----- *Tenho que dizer que não me admira o voto do PCP e do BE, mas muito me admira o voto do PS, que em 25 de Novembro de 1975 estava a favor e defendeu as causas... e vejo com muita estranheza que hoje, eventualmente por subterfúgios de já terem passado alguns dias dessa data, venha aqui votar contra uma data que lhe permite que se fale do Dr. Mário Soares, o nosso ex Presidente da República, que foi das pessoas que mais defendeu o 25 de Novembro de 1975.* -----

----- *Por tudo isto, votámos com muito orgulho este voto de saudação.”* -----

----- **Membro Abel Santos (CDS-PP)** disse nada impedir que a Mesa apresentasse também um voto ao 1º de Dezembro. O feriado da restauração tinha sido muito bem reposto e o 1º de Dezembro era uma data que assinalava a independência e a unidade de todos os portugueses em torno do ideal lusitano. Nada impedia que o Senhor Presidente, se assim o entendesse, apresentasse esse voto de louvor, ou recomendação, à restauração e ao 1º de Dezembro.-----

----- Fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Eu fiquei de facto embaixacado quando oiço os Membros da CDU em relação ao 25 de Novembro, dizendo inclusivamente uma coisa nociva para a democracia portuguesa, esquecendo-se que o comunismo foi a ideologia política que mais vítimas causou em todo o mundo, mais de 150 milhões de mortos e vítimas no mundo.*-----

----- *Faz-me imensa confusão como é que pode branquear esta realidade, dizendo coisas que são manifestamente falsas.* -----

----- *Queríamos que fosse assinalado de forma agregadora e construtiva. Não nos esquecemos do que se passou no Palácio de Cristal no Porto, não nos esquecemos da gravidade que a reforma agrária causou ao País e dos milhares de mortos e vítimas. ---*

----- *Estamos a recuperar ainda disso e lamentamos que o PS, que só existe por causa do 25 de Novembro, se tenha omitido da responsabilidade histórica de votar favoravelmente essa grande data e estes grandes heróis que permitiram que a democracia subsistisse no nosso País.”* -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)**, em defesa da honra, disse que em momento algum se referira que a CDU era contra a ou a favor do 25 de Novembro. O que dizia era ser contra essa saudação, chamava hipocrisia e repetia. Atrás de si estava uma pessoa que tinha votado contra o 25 de Abril e o voto de pesar ao Dr. Mário Soares. Portanto, não lhe fossem falar em democracia.-----

----- *Havia pessoas que estavam ali porque foram eleitos, porque havia um poder local democrático. Era uma organização democrática e não admitia ali e não perdoava a pessoas que eram a favor do antes do 25 de Abril.”* -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que fazia uma declaração para repor a verdade. Tinha sido dito ali que havia representantes... que cederam no PREC e

podia dizer claramente que não era herdeiro certamente disso, nem os que estavam ali sentados, fossem do CDS-PP ou de qualquer força política. -----

----- Dizer também que o que estava a ser votado era um voto de saudação pelo 25 de Novembro de 1975. Independentemente do texto que tivesse sido considerado, era essa a matéria que estava ali à consideração do plenário.-----

----- Solicitou, perante algumas insinuações de carácter e juízos até históricos de posicionamento de elementos do CDS, nomeadamente quando se reportavam à questão do Dr. Mário Soares, que houvesse algum rigor porque não era isso que se tinha passado, não tinha havido um voto contra do CDS-PP na Assembleia.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que aceitava o repto que lhe fora apresentado com todo o gosto e, uma vez que admitira o texto novo apresentado pelo CDS-PP, fazia um voto de saudação verbal, sem subterfúgios, ao 1º de Dezembro e à restauração do feriado. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** começou por dizer que estava totalmente de acordo com o Senhor Presidente da Mesa em admitir essa proposta, apesar de não cumprir as 24 horas, mas estava disponível para discutir e votar a proposta favoravelmente. Também por isso estavam ali a falar Português e não castelhano. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que agradecia e saudava a atitude do Senhor Presidente da Assembleia, que revelava bem o espírito da multiplicidade da Assembleia. Nesse sentido, o CDS votaria a favor.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação ao “1º de Dezembro”**, apresentado por si verbalmente, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade prevista na alínea e) do nº 2 do art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha havido fundadas dúvidas em apresentar nessa Assembleia de Freguesia o reporte de uma atividade que decorrera no mandato anterior, mas prevalecendo o entendimento de que a transparência da gestão pública o merecia tomara-se a iniciativa de submeter a Informação Escrita a uma Assembleia de Freguesia que não se encontrava em funções à época dos factos que ali eram relatados. Portanto, a atual Assembleia não tinha quaisquer poderes de escrutínio sobre os factos que ali passaria a narrar.-----

----- A Informação Escrita era auto-explicativa e, portanto, centraria a sua atenção em três dimensões relativamente ao funcionamento da Junta que lhe pareciam relevantes para o desenvolvimento da atividade da mesma e da Assembleia durante o mandato que iria correr. -----

----- Uma primeira relativa à qualidade da gestão documental. As atas da Assembleia de Freguesia encontravam-se todas disponíveis para consulta e quando existissem divergências de facto havia não apenas o suporte em papel daquilo que se passara nas sessões, como existia também o suporte áudio das reuniões e que podia ser consultado por qualquer Membro. Lembrava, aliás, a boa memória de um grande advogado português, grande combatente anti-fascista, Manuel da Palma Carlos, que quando um tribunal plenário se recusava a inscrever na ata algo que se tinha passado exclamara, e por isso fora preso, “Decidirão com justiça ou sem ela mas não deixarão de lavrar o que se passa nas sessões”.-----

----- Na Assembleia de Freguesia também era dessa maneira, a memória preservava-se e era impassível de ser reconstruída. Portanto, convidava todos os Membros, em particular os que ali estavam pela primeira vez, a consultarem esse acervo para se

poderem inteirar daquilo que foram os debates ocorridos nos últimos quatro anos, em particular para conhecerem as posições assumidas pelas próprias forças políticas.-----

----- Isso levava-o ao segundo ponto da sua intervenção, em relação às obras no complexo desportivo de São João de Brito, porque a memória contava e importava nas entidades públicas e a coerência também.-----

----- Era conhecido publicamente o que se passara com a anterior empreitada de obras públicas, um empreiteiro que no âmbito de um concurso público visado num prazo recorde pelo Tribunal de Contas, onze dias úteis, tinha manifestado durante a decorrência da empreitada incapacidade financeira para a cumprir e a Junta de Freguesia de Alvalade, que não estava capturada por quaisquer interesses e muito menos de empreiteiros, agira com a maior dureza sobre esse empreiteiro e forçara, nos termos contratuais, a apresentar um novo plano de trabalhos. O empreiteiro recusara-se a fazer e dera origem à resolução sancionatória do contrato.-----

----- Tinham sido ativadas garantias bancárias e iria com certeza haver litigância a esse propósito, que a Junta com todo o garbo e energia protagonizaria na defesa do interesse público. Com uma votação unânime da Assembleia tinha sido autorizado novo compromisso plurianual, que se propunha rever nos termos da tramitação desse concurso.-----

----- De momento, à luz de um contrato assinado na semana anterior, estava para visto prévio do Tribunal de Contas, como competia nos termos legais.-----

----- Isso tinha sido com todo o consenso da Assembleia de Freguesia, com todas as forças políticas a darem apoio à posição firme assumida pela Junta, demonstrando aliás enorme elevação democrática e grande capacidade de pugnar pelo interesse público. Era muito importante que esse consenso se mantivesse porque nem a Freguesia, nem as coletividades envolvidas nesse processo e que agiram com a maior maturidade, tinham a ganhar com divisões a esse respeito.-----

----- A inclusão extemporânea numa recomendação a despropósito de um ponto relativo a essas obras não tinha nenhum significado, porque a Assembleia não tinha nada a ganhar em proclamar que pretendia que umas obras acabassem quando a Junta de Freguesia, que era o órgão fiscalizado, praticara num prazo razoavelmente curto todos os atos com que se comprometera e na sequência com que se comprometera. Faltava apenas o único ato nesse processo e que não dependia dela, que era o visto do Tribunal de Contas.-----

----- Essas proclamações não contribuíam para a execução de nenhuma política pública, não tinham nenhum significado concreto na vida das pessoas e eram, a seu ver, passíveis de quebrar consensos úteis aos interesses das pessoas que os elegeram a todos, em particular naquilo que eles não eram divergentes.-----

----- Queria também dar uma palavra a propósito da questão do estacionamento, para deixar claro no início dos trabalhos do mandato que não aceitava em nenhuma circunstância, provindo de ninguém, que afirmassem ter dito aquilo que não dissera. Se esse era o registo com que iriam começar o mandato, pois começavam mal, porque o que tinha dito era claro.-----

----- Nunca afirmara, e felizmente ainda lá estavam todas as pessoas que assistiram à sua intervenção inicial, dessa vez nem era preciso recorrer à saudável gestão documental da Junta de Freguesia, que o problema do estacionamento na Freguesia de Alvalade estivesse resolvido. Não tinha dito nesse dia, como não dissera no passado. --

----- O que dissera só reputava à sua própria capacidade para se fazer entender, porque se considerasse que não tinha sido culpa sua haveria muito a dizer sobre quem percebera mal as suas palavras, que não tinha nenhuma intenção ao inadvertidamente distorcê-las. O que dissera fora que, em determinada zona da Freguesia relativamente à qual se

estavam a debruçar, a solução de estacionamento implementada tinha geado uma situação muito melhor do que existia antes da intervenção. -----

----- Esse era um dado tão objetivo que lhe parecia muito difícil rebater, embora estivessem sempre disponíveis para esse tipo de combate. -----

----- Mas não precisavam de se circunscrever a uma área concreta da Freguesia. Podiam dar o saldo total do número de lugares de estacionamento criados no mandato anterior e eram 750 lugares, o que não era pouca coisa em nenhuma métrica que se aplicasse numa política de estacionamento à superfície. Mais, era o saldo relativamente ao início da sua liderança, que era como quem dizia ao termo das lideranças anteriores das Juntas de Freguesia do Campo Grande, Alvalade e São João de Brito, que não tinham números equivalentes para mostrar sobre o mesmo território em circunstâncias muito semelhantes àquelas que o atual Executivo tivera para gerir. -----

----- Estava previsto, como constava das linhas de desenvolvimento estratégico que iriam ser apreciadas a seguir, a vontade de prosseguir com soluções simples, baratas, de aproveitamento de estacionamento à superfície, o maior número de lugares de estacionamento possíveis e sem onerar excessivamente o erário público. Em primeiro lugar porque a Junta não tinha meios para tanto, seguramente naquilo que faria com delegação de competências da CML não conseguiria capturar o financiamento suficiente para de repente transformar toda a política de estacionamento local, mas que era seguramente uma melhoria muito grande, quer do ponto de vista da capacidade de estacionamento, quer do ponto de vista do ordenamento e da gestão do estacionamento à superfície. -----

----- Tinha aduzido argumentos que permitiam não gerar qualquer dúvida sobre o que era o sentido e a natureza da sua intervenção inicial, aliás não via razões para isso logo quando a proferira inicialmente mas estariam clarificadas todas as dúvidas relativamente ao que dissera. -----

----- Teria sempre muito prazer em discutir esses temas com todos os que quisessem debatê-los, fosse na Assembleia de Freguesia ou em qualquer outro contexto, com factos e dados concretos, que não eram os factos empíricos de quem conhecia com particular intensidade um troço. -----

----- A elevação não era só exigível a quem tinha funções executivas. A qualidade das políticas públicas dependia da qualidade do trabalho de todos os eleitos. Dissera na sua intervenção na última Assembleia de Freguesia e repetia, era preciso muito trabalho para fazer um desempenho autárquico de qualidade mesmo, e talvez especialmente, nos órgãos deliberativos. -----

----- Renovava o convite à Assembleia para que se informasse um pouco mais antes de procurar contrapor a factos meras perceções pessoais. -----

----- **Membro João Pessoa e Costa (PSD)** disse que a questão sobre o parque desportivo era para ajudar e para construir, aliás já tinham falado sobre essa matéria. Acontecia que tinha sido escolhida uma empresa que não tinha condições para levar a cargo a empreitada. Se calhar muita gente ali trabalhava na iniciativa privada, escolhiam-se as empresas que pelo menos se conheciam os alvarás, de quem se tinha informações comerciais e económicas. -----

----- A nota que deram era da razão porque tinha parado, não sabiam e, portanto, a informação do Senhor Presidente era boa para esclarecer. O PSD estava disponível para votar no sentido de que houvesse rapidamente um parque desportivo em São João de Brito, que funcionasse bem e que estivesse ao dispor de todos os fregueses da Freguesia de Alvalade. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** agradeceu a Informação Escrita, que era importante, ainda para mais não tendo estado no mandato anterior e sabendo que tinham

apresentado propostas alternativas às propostas que o PS apresentara na campanha eleitoral. O PSD não ganhara e, portanto, cabia ao Senhor Presidente da Junta presidir aos destinos da Freguesia por mais quatro anos. Lá estariam para ajudar no que fosse preciso na Assembleia de Freguesia, era esse o papel enquanto Membros da Assembleia de Freguesia.-----

----- Não deixariam de representar os interesses de quem os elegera e de expor todas as preocupações que sentiam, até como fregueses da Freguesia de Alvalade e de vivência dos vários troços da Freguesia que percorriam, falando com todas as pessoas, todos os que ali residiam, todos os que tinham estabelecimentos comerciais.-----

----- Compreendia a posição do Senhor Presidente, de agrado por estar a conseguir, eventualmente no futuro, resolver o problema de um dos troços da Freguesia, mas pedia-lhe que olhasse com a mesma preocupação para os restantes troços que ainda não estavam resolvidos nem tinham visualização de estarem num futuro próximo.-----

----- O Senhor Presidente da Junta podia pensar em, de uma vez por todas, tentar resolver o caos que o estádio do INATEL representava em termos de estacionamento na Freguesia a partir da cinco ou seis horas da tarde. Era impossível circular nas artérias circundantes, verificava-se um estacionamento completamente caótico prejudicando os peões, com os veículos estacionados em cima dos passeios e impedindo a utilização por pessoas com mobilidade reduzida, estacionando em frente de portões de garagem ou de acessos aos imóveis. Era algo que o INATEL já devia ter preparado. Muitos anos tivera um projeto para fazer um parque de estacionamento no seu interior, o que não acontecera.-----

----- Era altura da Junta de Freguesia, que contaria com o seu apoio pessoal e pensava que com o apoio de todos os Membros da Assembleia de Freguesia, insistir junto do INATEL para que esse caos pudesse ser resolvido. A Freguesia e os seus habitantes ficariam muito mais bem servidos do que com a situação que se vivia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta do Membro João Pessoa e Costa era para ajudar e para construir, mas havia uma precisão que era necessária fazer para não haver equívocos. A empresa não tinha sido escolhida através de um processo de livre escolha por parte da Junta de Freguesia, era por um concurso público. A confusão que existia na forma de dialogarem resultava efetivamente de estarem a levar da iniciativa privada pressupostos para dentro da gestão pública, cujos parâmetros de decisão e constrangimentos eram inteiramente diferentes.-----

----- Era evidente que a empresa escolhida e o caderno de encargos elaborado era tão complexo que continha todos os alvarás possíveis. Isso não obstava, nem à Junta de Freguesia de Alvalade nem a outra qualquer entidade pública, que pudessem surgir circunstâncias financeiras supervenientes que impossibilitavam um determinado concorrente de prosseguir. Isso acontecia em todas as entidades públicas, não era uma questão de divergência partidária. Quem porventura tivesse sido no passado Vereador da Câmara Municipal sabia que era um facto aquilo que estava a dizer, acontecia em todas as entidades públicas constrangimentos em face de empreiteiros, em particular na sequência das graves crises económicas que penalizaram esses setores. A debilidade económica das empresas nessa área ainda era, infelizmente, bastante grande.-----

----- Tinha sido apresentado outro preço, existia outro concorrente que, ao que parecia, gozava de crédito no mercado, mas veriam e se se portasse mal em face do contrato que tinha para cumprir seria sancionado. A Junta não levaria nenhum empreiteiro ao colo até ao fim de uma obra só por uma razão qualquer, isso não fazia nenhum sentido. Se os empreiteiros não cumprissem seriam penalizados, se incumprissem a ponto de ser impossível levarem até ao fim as suas obrigações contratuais os contratos eram resolvidos.-----

----- Era preciso ter uma enorme frontalidade nisso, porque de outra maneira, criar a ideia de que não se devia afastar aquele empreiteiro e preferindo gerir um ligeiro atraso no calendário da obra, podia ter consequências muito mais danosas para o património público. Era muito importante que continuassem a convergir nesse propósito, porque de outra maneira entregavam os cofres da Freguesia de Alvalade a interesses que não eram aqueles que deviam prosseguir. -----

----- Essa frontalidade tinha sido importante no passado e tivera o apoio do PSD e continuava a ser, como tivera de todas as forças políticas. Esse era o sentido da sua interpelação, porque essa forma de gerir os recursos públicos era uma forma saudável.-

----- Quanto a intervenção do Membro José Moreira da Silva, tinham com certeza apresentado propostas alternativas e longe de si sugerir que deixassem de representar os interesses que entendessem. Não era assunto que lhe dissesse diretamente respeito, faziam a gestão política que entendessem. O que pretendia que deixassem de fazer era retirar das suas palavras ilações distintas àquelas com que se pretendia exprimir. Isso tinha acontecido na primeira intervenção do Membro José Moreira da Silva e reincidira.

----- Tinha feito um aparte perguntando se não podia falar, claro que podia falar mas não esperasse de si que o deixasse sem resposta. Dar-lhe-ia essa gratificação sempre que o interpelasse, isso fazia parte da sua forma de estar, sempre com enorme frontalidade mesmo na divergência, porque isso era normal em democracia.-----

----- Não lhe impedissem de exprimir, em particular quando estava a corrigir a perceção que difundiram das suas palavras e que não correspondia ao sentido que elas exprimiam, permitissem que nesses momentos o fizesse com mais intensidade ainda, porque era uma questão de reposição do sentido das suas palavras e das suas afirmações. -----

----- Não tinha defendido o agrado por um troço, até porque discutira também um saldo global num período de quatro anos extensível a todo o território da Freguesia. Esse, apesar das décadas de governo da força política pela qual o Membro José Moreira da Silva tinha sido eleito, não tinha um número para comparar. Isso podia ser importante na forma como as diferentes forças políticas abordaram a gestão do território nesses períodos.-----

----- O seu agrado era com uma política global que produzira resultados por toda a parte, não era apenas num troço, mas uma vez que sinalizavam especificamente a questão do INATEL era caso para dizer “na mouche”. Apresentara-se à Direção Municipal de Mobilidade e Transportes precisamente esse como um dos locais em que era possível fazer um aproveitamento do estacionamento à superfície. Estava na Informação que ali estavam a debater e permita, também com uma solução muito simples de reperfilamento da Rua Silva e Albuquerque, aumentar muito significativamente os lugares de estacionamento num saldo global de 139 lugares. -----

----- Disse que não divergiam assim tanto e essa informação até era das que estavam disponíveis. O que quisera dizer era que a Junta acompanhava essa preocupação e não era a única do ponto de vista da política de mobilidade. Era preciso, a par do estacionamento, cultivar outros modos de mobilidade e acima de tudo estar muito atento àquilo que estava a acontecer por todo o mundo relativamente à substituição dos meios de transporte, porque isso era uma realidade que iria inexoravelmente chegar e teriam duas maneiras de encarar: ou achando que era uma discussão abstrata de visionários ou que estava verdadeiramente aí à porta.-----

----- O desenvolvimento tecnológico tinha um crescimento exponencial e, portanto, a variação entre duas tecnologias era muito menor do que no passado e isso continuaria sempre a ser assim. No patamar da mobilidade era onde isso, a seu ver, nos últimos três ou quatro anos se via com mais intensidade na Cidade de Lisboa. Quatro anos antes não tinham *bike sharing*, não tinham sistemas partilhados de motociclos, não tinham

sistemas partilhados de automóveis. Atualmente tinha isso tudo e tudo aparecera num espaço muito curto de tempo. -----

----- Sabia-se que a UBER tinha dezenas de milhar de automóveis sem condutor em produção para começar a implementar esse tipo de solução nos países onde operava.---

----- Estavam atentos a essas realidades e percebiam como canalizar os recursos públicos, projetando a cidade em dez ou quinze anos, mas atendendo aos problemas presentes a maneira equilibrada de fazer era essa, procurar soluções baratas, rápidas e com aproveitamento da superfície para aumentar lugares de estacionamento. De outra forma perdiam esse combate e Lisboa iria ficar para trás do ponto de vista da liderança das cidades europeias e mundiais do futuro. Não podiam olhar só para a Lisboa atual, tinham que projetar a Lisboa que viam dentro de um horizonte razoável de expectativa para quem tinha responsabilidade de implementar medidas de política pública. -----

----- Na verdade divergiam menos do que parecia nas intervenções iniciais do Membro José Moreira da Silva, pelos vistos as suas prioridades até estavam alinhadas com aquelas que a Junta já materializara, mas podiam discutir o sentido das palavras nas intervenções precedentes. Não era preciso transformá-las excessivamente para poder fazer um ponto político. Era esse o sentido das intervenções que fizera e de todas as que entendesse fazer nas suas funções perante a Assembleia. -----

----- O Executivo, como era sabido de quem tinha estado nos mandatos anteriores, era particularmente combativo e com certeza encontrariam sempre momentos para acalorar um pouco a discussão. No caso do Executivo seria sempre sobre temas da Freguesia de Alvalade. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 439/2017, relativa às opções do plano, orçamento para 2018 e mapa de pessoal;**-----

----- **2.1 – Linhas de desenvolvimento estratégico;**-----

----- **2.2 – PPI;**-----

----- **2.3 – Orçamento de receita;**-----

----- **2.4 – Orçamento de despesa;**-----

----- **2.5 – Mapa de pessoal;**-----

----- **2.6 – Autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais;**-----

----- O Senhor Presidente da Junta referiu que entretanto a Proposta 439 tinha sido substituída pela Proposta 456, com um conteúdo muito próximo mas com ligeiras diferenças que resultaram, para além de toda a reflexão do Executivo, também das interações com os partidos da oposição no âmbito das audições obrigatórias previstas no estatuto do direito de oposição. Sinalizaria o essencial dessas alterações mas primeiro faria um enquadramento do Orçamento.-----

----- Havia uma Proposta 439 que tinha sido só distribuída aos primeiros eleitos de cada lista e que fora o suporte das reuniões do direito da oposição, tendo sinalizado a todos que aquele documento era entendido como provisório e na Assembleia seria apreciado aquele que fosse distribuído com os restantes documentos e que estava anexo à Proposta 456. Isso decorria da circunstância de não haver nenhum modelo obrigatório para essas reuniões do estatuto do direito de oposição, existiam autarquias locais que só faziam a requerimento dos próprios partidos da oposição, outras faziam da iniciativa do Executivo e outras dos Presidentes das Assembleias. -----

----- Havia autarquias que faziam essas reuniões como reuniões de folha em branco, como aliás sucedia para o Orçamento de Estado nas audições dos partidos da oposição com assento na Assembleia da República, onde os partidos, sem terem uma proposta como base de trabalho, teciam as suas considerações sobre o Orçamento que perfigurariam e no fundamental recebiam informações por quem tinha o poder executivo relativamente ao Orçamento que esse órgão estava predisposto a submeter.--

----- No caso do Executivo de Alvalade preferiam ter um documento orientador do debate com os partidos da oposição. Habitualmente submetiam uma primeira proposta que divulgavam aos presentes nas reuniões do direito de oposição e que tinha uma natureza provisória, depois circulando uma versão definitiva. Tinha-se comprometido com todos os partidos a sinalizar as alterações, o que faria. -----

----- Do ponto de vista do enquadramento do Orçamento, em primeiro lugar era uma nova forma de apresentar a despesa, que decorreria das interações muito profícuas com a equipa dos revisores oficiais de contas, em que recomendaram e o Executivo aceitara que deixassem de classificar as requalificações de espaços verdes como despesa de investimento e passassem a classificá-las como despesa corrente. -----

----- Acontecia que a leitura decorria da circunstância da maior parte das requalificações decorrerem de contratos de delegação de competências e dessas requalificações não terem a natureza permanente e constante que tinha uma mera manutenção e ocorrerem só a espaços. Desejavelmente, uma requalificação de um espaço verde acontecia de tempos a tempos, sendo esse espaço meramente mantido no intervalo das suas requalificações significativamente espaçadas porque as requalificações normalmente consolidavam-se no território e perduravam ao longo do tempo. Daí que houvesse uma transferência significativa de rubricas que estavam nos orçamentos anteriores em despesas de investimento e passaram a despesa corrente, não o sendo verdadeiramente porque não correspondiam a manutenção ordinária dos espaços verdes mas a manutenções reforçadas quando muito, ou rever as qualificações que o revisor oficial de contas entendia que deviam ser classificadas como despesa corrente. A Junta, nessa colaboração, aceitara e passara a apresentar dessa maneira. -----

----- Isso podia dar uma leitura enviesada a quem tinha o bom hábito de comparar esse Orçamento com os anteriores, de parecer existir um aumento significativo de despesa corrente que na verdade só representava essa modificação na forma de apresentação de uma despesa que tinha fundamentalmente a mesma natureza. Para mais essa despesa era no essencial financiada por uma fonte de financiamento específica, qual fosse da delegações de competências. -----

----- Nem todas as delegações de competências que encontravam no Orçamento estavam já em discussão nos órgãos municipais. A estratégia adotada fora de colocar no Orçamento as rubricas e as estimativas de que dispunham, mais atualizadas, quanto às delegações de competências que iam propor aos órgãos do Município. Isso para depois, cada vez que celebravam uma delegação de competências, não terem que fazer revisões orçamentais e porventura chegar ao fim do ano com mais orçamentos rectificativos do que delegações de competências. Não faria nenhum sentido, mobilizaria vezes excessivas a Assembleia para discutir questões que, não obstante a competência que tinha para aprovar as delegações de competências podiam depois ser vistas como questões de mera intendência. -----

----- Nasciam essas rubricas, que na verdade eram absolutamente neutras do ponto de vista orçamental, porque se não fossem executadas do lado da despesa também não eram da receita. Portanto, se as delegações de competências não fossem autorizadas pela Assembleia, o efeito orçamental era neutro. -----

----- O Orçamento também continha uma aposta estratégica fundamental no aumento do número de assistentes operacionais no setor da higiene urbana. Essa era uma opção política clara do Orçamento. Depois havia outras pequenas alterações do mapa de pessoal, algumas das quais eram meramente transitórias e que se os Membros tivessem interesse podiam detalhar mas que no essencial foram discutidas com quase todos os partidos ao abrigo do direito de oposição. A ser feito não era tão significativo na despesa porque também implicava uma recomposição do montante dispendido em horas

extraordinárias. Eram substituídas por trabalhadores a cumprirem horário de trabalho completo. -----

----- No essencial era o perímetro das grandes opções que o Orçamento comportava. As alterações que o documento apresentava eram muito pequenas, completamente cirúrgicas, tinham um montante total de 4500 euros no orçamento de despesa. Era fundamentalmente a transição de uma rubrica no orçamento da cultura indicada como “Festa da Criança” e que passava para o orçamento da juventude, num pelouro novo que existia na Junta de Freguesia. Depois existiam também pequenas transferências de poupanças que foram identificadas noutras rubricas e que reforçavam o orçamento desse novo pelouro, em muito pequenos montantes e transversais ao conjunto das outras rubricas de despesa, compondo no total 4800 euros de diferença entre o Orçamento anexo à Proposta 456 e o Orçamento anexo à Proposta 439. Era só no orçamento da despesa, não havia alterações no orçamento da receita, nem em mapas de pessoal, nem em rubricas de investimento. -----

----- Tinha sido esclarecidas no direito de oposição um conjunto muito significativo de dúvidas dos três partidos da oposição com assento na Assembleia, mas ficava disponível para clarificar aquilo que entendessem. -----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** perguntou se o debate dos pontos era em conjunto e depois votados separadamente. Pediu instruções à Mesa sobre a forma como o debate iria prosseguir. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha o grave defeito de ser economista e procurava sempre atingir a eficiência máxima. Havendo consenso de todas as partes para que a votação fosse em bloco, seria em bloco. Não havendo, bastava haver um único Membro que entendesse o contrário e fariam a votação em separado e discussão em conjunto. -----

----- **Membro Catarina Ferreira e Silva (PSD)** disse que na reunião ao abrigo do estatuto da oposição, tinha ideia que foram só convocados os cabeças de lista dos partidos da oposição e gostaria de saber se não seria possível os restantes Membros eleitos terem acesso à documentação que era enviada para a discussão nessa reunião. --

----- Tinha uma questão para colocar em relação ao mapa de pessoal. Verificara que, de acordo com o mapa de pessoal remetido para 2018, havia a indicação de 103 trabalhadores com lugares preenchidos no mapa de pessoal, ao passo que previstos estavam 122. Havia uma diferença entre os lugares efetivamente ocupados e os que estavam por preencher e gostaria de saber se havia a intenção de preencher os lugares que estavam em falta. -----

----- Perguntou se de momento estava a ser assegurado o cumprimento das obrigações através de outros meios, nomeadamente através de trabalhadores ditos precários. -----

----- Perguntou se existiam trabalhadores precários na Freguesia e quantos. Admitindo que sim, saber se entretanto já havia trabalhadores que tivessem passado aos quadros no mandato anterior, se tinha sido aberto concurso nesse sentido, se estava a decorrer algum concurso e se havia prestadores de serviços que tivessem concorrido. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** começou por saudar a postura do Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade. O exercício de oposição parecia-lhe uma prática saudável, não obstante o que ali fora exposto de eventualmente poder a documentação circular entre os vários Membros. Deixava essa nota positiva. -----

----- Grande parte das questões tinham sido esclarecidas na reunião, mas havia um ponto que não sabia se o Executivo da Junta estava em condições de dar a informação, que era relativamente ao grau de execução do Fundo Social de Freguesia no decurso do ano 2017. Essa informação era importante para a interpretação por parte do CDS-PP do presente Orçamento, nomeadamente na componente da despesa. -----

----- Havia um ponto, embora não fosse uma rubrica orçamental muito significativa, nas verbas que respeitavam às atividades do Praia/Campo Sénior e Praia/Campo Infância. Quem estava a par da dinâmica da Junta de Freguesia e das propostas que tinha em torno dos seus fregueses sabia que essas atividades eram muito requeridas pelos fregueses de Alvalade e com grande adesão por parte dos moradores da Freguesia de Alvalade. A sua questão era, perante a realidade atual e almejando um aumento de vagas precisamente por haver uma procura considerável e que se sobrepunha à oferta, se havia possibilidade de aumentar essa rubrica. -----

----- Se a Junta de Freguesia de Alvalade conseguisse demonstrar que não era necessário o aumento dessas rubricas para o aumento do número de vagas e proporcionar aos fregueses maior participação, o CDS-PP considerava-se satisfeito. -----

----- Ainda uma nota introdutória, queria o CDS-PP deixar claro à Assembleia de Freguesia que, sabendo que a Freguesia de Alvalade não era das que tinham mais carências sociais, não deixava de as ter e em particular dada a sua população extremamente envelhecida e era entendimento do CDS-PP que perante o Orçamento apresentado, se fizessem uma análise de cada rubrica, chegavam a uma conclusão que merecia a seguinte reflexão: a rubrica de ação social, habitação, saúde e igualdade preenchia 3,6% do Orçamento da Junta de Freguesia e a reflexão que o CDS-PP deixava ao plenário era se perante uma Freguesia com um tecido social notoriamente envelhecido, se não era uma reflexão importante por parte do Executivo da Junta e do plenário que houvesse uma reponderação de algumas prioridades, nomeadamente nessa rubrica da ação social, habitação, saúde e igualdade. -----

----- Num primeiro momento eram essas as notas que queria dar por parte do CDS-PP.

----- **Membro António Prôa (PSD)** disse que queria referir o documento apresentado como Opções do Plano para 2018 começando com algumas dúvidas particulares e depois fazendo algumas considerações mais gerais. -----

----- Desde logo uma dúvida quanto à referência de “qualificar os logradouros da Avenida do Brasil e reforçar a oferta do estacionamento”. A questão que colocava era em concreto como seria possível compatibilizar a requalificação desses logradouros, atualmente local de estacionamento de automóveis por parte de residentes ou de pessoas que ali trabalhavam, com o aumento da oferta de estacionamento. Dito por outras palavras, se essa requalificação dos logradouros seria a oficialização do estacionamento nos logradouros ou se tinha outra solução que preservasse a utilização dos logradouros enquanto espaço de fruição para os moradores e para as crianças que ali habitavam. ----

----- Em segundo lugar, no que dizia respeito à qualificação do jardim João Ribas, envolvente à Biblioteca dos Coruchéus, havia a referência à instalação de um quiosque e a sua dúvida prendia-se com o facto de existir já um edifício onde tinha funcionado um restaurante ou snack-bar, se era de facto um quiosque ou se seria a reabilitação daquele espaço. Se fosse a instalação de um quiosque, a sua dúvida era o que iria acontecer com o edifício existente atualmente naquele jardim. -----

----- Solicitou ao Senhor Presidente que pudesse explicitar no que se traduzia em concreto a segunda fase da requalificação do Mercado de Alvalade, chamando a atenção para o facto de ser muito importante preservar aquele tipo de oferta. Perguntou se a requalificação não colidia com essa preocupação de preservar e até de promover a utilização do Mercado de Alvalade com as características que tradicionalmente estavam habituados a observar. -----

----- Iria fazer algumas considerações mais genéricas relativamente às Opções do Plano.

----- Era assumido, e de outra forma não poderia ser, que a proposta de Opções do Plano refletia as propostas que foram apresentadas aquando das eleições pela lista do PS, conciliadas com as propostas dos partidos que tinham assento no Executivo da

Freguesia. Entendendo desse ponto de vista, desde logo tinham uma divergência de fundo, precisamente porque o PSD apresentara propostas diferentes daquelas que estavam descritas nas Opções do Plano.-----

----- Desde logo em relação ao estacionamento, que era uma preocupação central do Executivo e o Senhor Presidente dissera que muito tinha sido feito pela resolução dos problemas do estacionamento, mas a ler pela repetição das questões relativas ao estacionamento, seguramente que ainda muito estava por fazer na Freguesia para resolver o problema.-----

----- Isso era uma preocupação comum, comungavam dessa preocupação relativamente à necessidade de resolver os problemas de estacionamento na Freguesia, mas a observação da prática da Junta de Freguesia no passado recente levava-o a ficar preocupado. Importava esclarecer que nem tudo o que era bom e mau feito em matéria de mobilidade e estacionamento era da responsabilidade da Junta de Freguesia, havia questões que eram da responsabilidade da Câmara Municipal mas não acreditava que tivessem sido feitas ao arrepio da vontade da Junta de Freguesia. Não estava em crer que a Câmara não respeitasse a opinião da Junta de Freguesia, ainda para mais a coincidência partidária entre quem governava a Câmara e a Junta de Freguesia levava-o a ter quase a certeza de que havia uma preocupação com a Junta, uma convergência na ação de tudo aquilo que tinha sido feito.-----

----- Podia dar dois ou três exemplos que justificavam a sua preocupação.-----

----- Recentemente tinha sido alterado o estacionamento na Rua Alfredo Cortês, onde passava quase todos os dias. Sabia que era um troço mas era relevante e a consequência da alteração do estacionamento naquela zona era que transformara aquela rua, que era uma rua pacata.-----

----- Provavelmente o Senhor Presidente ainda não conheceria tão bem aquela rua e já lá passava. Era uma rua que, apesar de ter a escola mesmo ao perto, com exceção dos períodos críticos de largada e recolha das crianças onde havia algum problema no trânsito, de resto era uma rua onde se circulava pacificamente. O resultado prático da alteração ao estacionamento fora a criação do caos naquele bairro residencial.-----

----- Não sabia se a responsabilidade era da Junta ou da Câmara, o que sabia era que o que lá estava era muito mal feito e não contribuíra para a qualidade das pessoas que lá viviam e das pessoas que lá passavam.-----

----- Na Avenida Miguel Bombarda a Câmara também ensaiara e sabia que era fora dos limites da Freguesia mas iriam perceber porque fazia essa referência, ensaiara o estacionamento em espinha e causara também um transtorno muito grande a quem circulava na zona, tendo aprendido com o erro e já repostado o estacionamento como era.-----

----- Também na Avenida Rio de Janeiro a alteração efetuada ao cruzamento com a Avenida do Brasil tinha causado um problema crónico na circulação. Também passava lá desde muitos anos antes e o estrangulamento ali provocado causava um pandemónio na circulação quase a qualquer hora do dia na Avenida Rio de Janeiro.-----

----- Outro exemplo era na Rua Conde de Sabugosa, onde estavam a terminar obras. A execução das obras causara um transtorno que poderia ter sido menor se a fiscalização tivesse sido mais eficaz. Passava lá todos os dias e aconteceram abusos na obra que deveriam ter sido evitados se a fiscalização tivesse sido efetiva. Não sabia se a responsabilidade era da Junta ou da Câmara, mas seguramente que a Junta de Freguesia estava a par e acontecera um transtorno escusado. Restava saber se o resultado prático seria ou não o agravamento da circulação naquela zona e como compreenderiam, face ao histórico, tinha algum receio.-----

----- Também tinha muito receio e convidava até o Senhor Presidente a ter receio quanto à ideia de poder alterar o estacionamento na Avenida da Igreja, criando estacionamento

em espinha. Não estavam para experimentalismos, tinha-se observado um conjunto de experimentalismos em matéria de alterações à circulação viária na Cidade de Lisboa que em geral não tinham dado bom resultado, a não ser que o Senhor Presidente não circulasse na cidade e não tivesse consciência de quão difícil era circular na cidade. ----

----- Gostaria que na Freguesia se conseguisse evitar que o experimentalismo prejudicasse a vida das pessoas. No caso da Avenida da Igreja tinha as maiores reservas quanto à alteração que não sabia se o Senhor Presidente defendia, mas pelo menos referira na reunião. -----

----- Quanto ao espaço público, que era uma preocupação patente nas Opções do Plano, estava de acordo na qualificação e manutenção do espaço público mas só chamava a atenção para a qualidade dos materiais que eram utilizados. A Freguesia de Alvalade tinha uma importância sob vários pontos de vista, mas desde logo no exemplo da arquitetura e organização do bairro, com opções que foram muito pensadas, com soluções de qualidade nos materiais que eram utilizados nos diversos elementos do espaço público. Alguns eram da autoria de arquitetos vários que colaboraram no Plano de Alvalade e via com preocupação nalgumas zonas em que se verificavam requalificações do espaço público os materiais utilizados nem sempre eram os mais adequados do ponto de vista que estavam habituados no Bairro de Alvalade. -----

----- Relativamente à higiene urbana, ainda bem que existia uma preocupação, mas mais que preocupação era muito importante que o Senhor Presidente, tardiamente mas estavam sempre a tempo, passado um mandato inteiro, tivesse verificado que havia problemas gravíssimos quanto à higiene urbana na cidade. Havia um reforço significativo porque era preciso para que os padrões de higiene urbana fossem aceitáveis e compatíveis com as exigências das pessoas e fazia votos para que finalmente a higiene urbana fosse uma realidade na Freguesia e não fossem confrontados com situações recorrentes que, cumprindo o seu papel de eleito na Freguesia, faria questão de chamar à atenção e levar à Assembleia de Freguesia. Esperava que daí para a frente se verificassem bastante menos. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que queria focar alguns pontos principais, fazendo notar que o orçamento para a área social, tirando a relativa à administração autárquica e às finanças, era de facto o orçamento mais reduzido para 2018. Tinham que recuar três orçamentos para chegar a um orçamento que tivesse um valor mais baixo. --

----- Sabiam que era uma Freguesia com uma população envelhecida e não só, marcada muitas vezes pelo isolamento e pelo abandono. Perguntou de que maneira queriam lidar com essa realidade, se era suficiente só com o reforço de um técnico superior ao nível do serviço social fazer face a essa realidade. -----

----- Outra das preocupações estava plasmada nas Opções do Plano, prendia-se com a reabilitação dos logradouros. De facto, só quando se falava na Rua José Lins do Rego era referida a qualificação do espaço verde e se colocava essa ênfase. Em todos os outros não havia esse cuidado com o modo de descrever a situação, falava-se sempre no reforçar a oferta de estacionamento. -----

----- Sabia-se que as experiências passadas também contavam, mas era importante que isso ficasse por escrito. Desafiava o Executivo a deixar isso por escrito, que as requalificações dos logradouros não se limitavam a oferta de mais espaço para estacionamento e que também havia uma perspectiva ecologista da própria organização da Freguesia. -----

----- Outro ponto que preocupava e para o qual também tivera oportunidade de levar atenção era a questão da manutenção dos espaços verdes. Estavam a falar de um Orçamento que previa à volta de 480 mil euros em manutenção de espaços verdes, de acordo com os contratos vigentes que existiam com entidades externas e possíveis

novos contratos no futuro, tendo em conta que esses contratos teriam que ser renovados. Quase meio milhão de euros que eram externalizados.-----

----- Gostava de saber qual a perspetiva da Junta de Freguesia, tendo em conta um valor tão elevado numa função da Freguesia que aparentava ser essencial e as características da Freguesia, se viam isso como uma maneira correta de gerir o Orçamento e de organizar a sua estrutura para as necessidades da Freguesia.-----

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que tinha uma pequena proposta, se fosse possível aceitar, de no próximo Orçamento e Plano apresentar um mapa para facilitar a todos, inclusivé ao próprio Executivo da Junta, que tivesse uma correlação entre as medidas propostas no Plano e a despesa proposta no orçamento da despesa. Permitia olhar para a proposta de Opções do Plano nos seus vários itens e encontrar correlativamente o valor no orçamento da despesa que estivesse previsto. -----

----- No orçamento da despesa tinham os valores globais para espaços verdes, para aquisição de serviços, de reabilitação, de manutenção, para as despesas com o pessoal permanente, mas era talvez interessante saber se relativamente a cada uma das medidas previstas nas Opções do Plano qual a verba que o Executivo propunha apresentar para as poder concretizar.-----

----- Fazia essa proposta construtiva, se assim fosse possível. Se não fosse possível compreendia e continuaria a fazer o trabalho de casa, fazendo na Assembleia a decomposição que era possível, mas seria útil a todos na Assembleia e aos fregueses também verificar as medidas que estavam afirmadas como opções, que o Executivo entendia como de suficiente importância para estarem previstas nas opções. Haveria muitas outras que não estavam ali, eram o trabalho normal e corrente de uma Freguesia, mas as que ali estavam eram fundamentais, definiam o mandato, saber se elas podiam ser concretizadas. -----

----- Nalgumas delas tinha dificuldade em conseguir imediatamente perceber se seriam concretizadas no próximo ano com o Orçamento de 2018 ou se seriam faseadas em anos seguintes, durante o período de mandato do Executivo. -----

----- Isso daria uma garantia pelo menos orçamental de que as medidas constantes não eram medidas vazias, medidas para encher as Opções do Plano, mas eram efetivamente medidas que o Executivo queria levar a cabo e tinha já verba garantida para o efeito, verba até com dotação definida e que o freguês podia ter a certeza de que as medidas satisfatórias que eram previstas podiam ter consagração durante o ano 2018.-----

----- Sem essa medida liam as Opções do Plano e achavam muito razoável, obviamente que podiam ter outras soluções alternativas, como sabiam que tinham, mas ficavam sem perceber se isso era para concretizar. Essa era a grande questão. -----

----- Estavam a representar os cidadãos da Freguesia e tinham que dar conta se iam fazer alguma coisa, não apenas dizer que iam fazer alguma coisa. Dizer estava muito bem, até estava escrito, iriam confrontar no final do mandato e avaliando nas Assembleias de Freguesia nas informações que o Senhor Presidente ali levava, mas era importante que pudessem ter a certeza de que essas grandes medidas que constavam das Opções do Plano teriam concretização orçamental suficiente para não serem letra vazia, que esperava que não fossem. -----

----- Essa era a proposta que fazia, sendo possível, que deixaria todos mais satisfeitos numa próxima leitura das Opções do Plano e do Orçamento. -----

----- Face àquilo que tinham, ficava algo desgostado. O Senhor Presidente já tinha explicado e ainda bem como tudo passava a ser despesas correntes e não havia despesas de investimento. Não concordava muito com essa divisão mas compreendia que ela tivesse sido feita, se o ROC o entendera. -----

----- No Pano Plurianual que era presente havia duas verbas, que diria quase uma verba para o complexo de São João de Brito, porque a segunda verba ainda nem sequer tinha receitas disponíveis. Teria com certeza ao longo do ano, eventualmente com o saldo orçamental, mas não estavam ainda definidas e por isso ficavam com a verba de um milhão de euros para essa medida e apenas isso, uma vez que tudo o resto era só para preencher a plurianualidade.-----

----- Aquilo que se verificava no orçamento da receita, sabia que também não havia muita flexibilidade aí e o Senhor Presidente da Junta estava habituado a orçamentos mais complexos do que esse, mas ficava com alguma tristeza em verificar que os oito milhões que constavam no Orçamento residiam fundamentalmente das transferências do Orçamento de Estado e do Município de Lisboa e das taxas, muitas taxas e taxinhas como alguém dizia.-----

----- Era importante verificar se havia uma gestão da receita conveniente e não havia uma palavra sobre isso, pelo menos no imediato. Era a sua primeira Assembleia de Freguesia e com certeza que teriam oportunidade de escarpelizar mais em pormenor essas matérias e com certeza que o Senhor Presidente, com os seus esclarecimentos, começaria a dar uma ajuda nesse ponto.-----

----- Relativamente ao orçamento da despesa e daí também a sua proposta inicial do mapa correlativo, percorria o orçamento da despesa e a maior parte das verbas estava consignada às verdadeiras despesas correntes, àquelas que não se podia fugir, despesas com pessoal, despesas com funcionamento corrente e pouco mais do que isso. No restante ficavam naquela nebulosa, que também compreendia que tivesse existido, das aquisições de serviços externos para o funcionamento normal da atividade de uma Freguesia dessa dimensão e dessa relevância.-----

----- Para os Membros da Assembleia de Freguesia, que não tinham possibilidade de estar no Executivo e com acesso a informação mais especializada, com a falta de tempo que tinham porque não eram profissionais, ficavam com muita dificuldade na análise do Orçamento. Na receita não podiam criticar muito, era o que era e eventualmente poderiam perguntar se não era possível haver uma redução dos encargos sobre os contribuintes e se era mesmo necessária tanta taxa, no orçamento da despesa ficavam com muita dificuldade na sua análise concreta por não verem adstritas ao funcionamento específico de uma determinada opção.-----

----- Voltando ao princípio, reforçava a sua proposta, na medida do possível.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, referindo-se ao estatuto do direito de oposição, disse que não tinham sido só convocados os cabeças-de-lista, notificaram-se também as sedes dos partidos e era responsabilidade de cada partido reencaminhar para os seus eleitos a informação. A Junta fazia esse procedimento por cortesia aos cabeças-de-lista, porque o dever que tinha era de notificar a sede partidária, o que tinha feito com carta registada e aviso de receção. Devia dizer que não era a primeira vez que o PSD suscitava problemas com essa notificação da Assembleia, podia haver problemas na ligação entre a documentação que era distribuída por correio à sede e aos eleitos. Não era um problema concreto da Membro Catarina Ferreira e Silva, era um problema de outra ordem e eventualmente mais alargado.-----

----- A Junta entendia que a metodologia era correta, de notificação aos partidos e por cortesia também aos cabeças-de-lista. Os partidos faziam a organização que entendessem. Do ponto de vista do cumprimento do dever institucional esse era o modo correto e continuariam a proceder dessa maneira.-----

----- Quanto ao mapa de pessoal, havia um problema que estava relacionado com a leitura do documento e talvez pudesse ajudar a resolver. O número total de trabalhadores englobava todas as vagas que ficavam disponíveis no mapa de pessoal,

estivessem preenchidas ou não. Esse número não comparava com nenhuma das outras colunas do mapa, comparava com a coluna respetiva do mapa de pessoal aprovado com a revisão orçamental em abril de 2017, que era de 111. Essa era a variação de vagas no mapa de pessoal entre o que se encontrava em vigor e o mapa de pessoal que se apresentava à Assembleia de Freguesia. Eram fundamentalmente os dez recursos da higiene urbana, o técnico superior para a área do desporto e a assistente social que cresciam, depois outras vagas que desapareciam.-----

----- A leitura que se devia fazer dos que estavam atualmente em funções eram os 103 que estavam preenchidos no mapa mais os 4 preenchidos por mobilidade, portanto 107 trabalhadores em funções públicas. O que também sucedia era haver trabalhadores da Junta de Freguesia de Alvalade providos em mobilidade noutras entidades da administração pública e que iam sinalizados nas observações quando existiam, da mesma maneira que iam sinalizados aqueles que estando lá ainda se encontravam em período experimental, ou estando fora se encontravam em período experimental noutra entidade, o que obrigava a Junta de Freguesia a reservar a sua vaga no mapa de pessoal.

----- Tinha havido concursos no passado, um grande concurso na sequência da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa e no qual foram providas muitas vagas, fundamentalmente de auxiliares de ação educativa, alguns trabalhadores da higiene urbana num anterior reforço de pessoal. Esse não era o primeiro reforço de pessoal nesse setor e lá iria com mais detalhe adiante. Depois havia em setores de funcionamento da própria Junta, engenheiros, arquitetos. Todas as vagas que tinham ficado por preencher por recrutamento a partir do Município de Lisboa foram providas por concurso.-----

----- Havia prestadores de serviços que entretanto tinham estado a prestar funções, que concorreram a essas vagas e ficaram, como havia prestadores de serviços que não ficaram. O fundamental para a Junta de Freguesia nesse momento era que o júri fosse integralmente composto por trabalhadores em funções públicas, que não integrasse nenhum Membro do Executivo. Nessa altura, como se tratava de um período extraordinário de recrutamento, fora necessário uma consultora de recursos humanos colaborar na tramitação administrativa, porque não fazia sentido dimensionar a Junta do ponto de vista do tratamento dos temas de recursos humanos com trabalhadores em funções públicas para responder a um pico que nunca mais se ia repetir, a não ser que houvesse outra reforma administrativa com a dimensão da de 2012. -----

----- Parecia-lhe que teria sido a primeira Junta a eliminar a ideia de precários da administração pública.-----

----- Na higiene urbana existiam três trabalhadores nessa situação, na pendência de um concurso que proveria essas vagas com a autorização da Assembleia. Significava não haver nenhum prestador de serviços que preenchesse os requisitos do PREVPAP, quais fossem vínculo inadequado ou a necessidade permanente. Nos casos em que existiam prestação de serviços subsistiriam apenas verdadeiras prestações de serviços, ou porque não preenchiam necessidades permanentes, ou porque o vínculo não era inadequado para a prestação daquela função. Não havia ninguém em condições de ser provido através do PREVPAP. -----

----- Dois anos antes já estavam nesse caminho de consolidação dos vínculos de prestação e, portanto, tinham no fundamental trabalhadores em funções públicas. -----

----- Havia prestadores onde entendiam serem prioridades específicas do Executivo e que podiam não ser acompanhadas em Executivos futuros, tendo-se feito a escolha de não onerar de forma permanente o mapa de pessoal. Isso sucedia por exemplo no domínio da arquitetura, onde o Executivo tinha muitas requalificações de espaços verdes programadas mas isso podia deixar de ser uma prioridade do futuro Executivo e,

portanto, não fazia sentido prover de forma permanente esse tipo de categorias profissionais, permitindo flexibilidade de gestão a quem no futuro tivesse outras prioridades. -----

----- Também tinham aquelas situações típicas da animação socio-cultural, em que existiam horas de um professor de ginástica, ou de um professor de ioga. Aí não eram propriamente vínculos inadequados, porque essas pessoas não trabalhavam de forma permanente na Junta de Freguesia e não seria adequado usar outro vínculo que não aquele que efetivamente estava em funções. -----

----- Essa era uma discussão do passado e completamente ultrapassada. -----

----- Quanto à intervenção do Membro Francisco Camacho, o que acontecia nos apoios diretos da ação social, designadamente o Fundo de Emergência Social e o Fundo Social de Freguesia, era que tinham uma significativa taxa de crescimento nos últimos anos, desde que acontecera a primeira delegação do Fundo de Emergência Social e desde a criação do Fundo Social de Freguesia. -----

----- Para dar uma ideia desse crescimento, em 2015 o Fundo de Emergência Social executara 1000 euros e o Fundo Social de Freguesia executara 2628 euros, em 2016 o Fundo de Emergência Social executara 5001,5 euros e o Fundo Social de Freguesia executara 11979,61 euros. Em 2017, ainda por fechar o final do ano, estavam já executados no Fundo de Emergência Social 5464,68 euros e no Fundo Social de Freguesia 12459,66 euros. -----

----- Havia uma tendência crescente que começava a encontrar um patamar de estabilização e apontava a correção daquilo que fora a metodologia da porta de entrada desses apoios e da forma como era canalizado. -----

----- Era um erro clamoroso entender que ao nível da Freguesia a ação social se fazia só por via de dinheiro, nem sempre era isso o fundamental na resposta social empreendida. Importante era ter um mecanismo de sinalização eficaz, uma Comissão Social de Freguesia forte e, portanto, uma rede para adequar a resposta em face daquela carência concreta. -----

----- Criara-se o atendimento social de proximidade, que o mapa de pessoal pretendia ver reforçado com mais uma assistente social, para poderem ter maior sinalização e que permitisse adequar a distribuição para a rede. Muitas vezes não era para o apoio financeiro, muitas vezes eram encaminhamentos de outra ordem, de natureza alimentar e de outro tipo de carências, por vezes só do ponto de vista do combate ao analfabetismo ou à iliteracia funcional. Existiam as mais variadas situações, o que indicava que os montantes alocados a esses fundos eram, até ver, completamente adequados às respostas que a Junta era chamada a dar à população. -----

----- Era fundamental que cada vez mais pessoas em situação de carência conseguissem reconhecer a Junta como um parceiro adequado para procurar auxílio na área social e que se habituassem a inscrever no atendimento social de proximidade para poderem ter um acompanhamento profissional e um encaminhamento adequado para as diversas respostas sociais determinadas pelos profissionais do setor que trabalhavam na Junta de Freguesia, que interagem com as outras instituições da rede social e que conseguiam com isso uma eficiência muito maior do que simplesmente usando as verbas do Fundo. -----

----- A reflexão que estavam a fazer era de rever o Fundo para poder dar apoios de outra natureza, designadamente apoios em espécie, que muitas vezes eram mais procurados do que os apoios em dinheiro. Já tinham feito na área das próteses oculares e estavam a preparar na reabilitação oral e a possibilidade, no contexto da Comissão Social de Freguesia e com as verbas do Fundo, dar resposta a essas preocupações. -----

----- O exercício que o Membro Francisco Camacho fizera, já o tinham discutido na reunião do direito de oposição, de tentar disgnosticar qual a percentagem do orçamento

da ação social, era um exercício que devia ser medido com alguma prudência. Se estivessem a falar de total parecia muito impressionante mas se tirassem todo o orçamento de capital, porque não era comparável um orçamento da ação social, que só tinha despesa corrente, com um orçamento de capital numa autarquia local cujas atribuições legais estavam primordialmente vocacionadas para a manutenção do espaço público e dos espaços verdes, tinha obviamente uma leitura enviezada e dava uma percentagem diminuída daquilo que era a realidade total. -----

----- Por outro lado, já desde os primeiros orçamentos se discutia a forma como as diferentes medidas que outrora eram consideradas ação social seriam alocadas ao Orçamento. Todos os projetos de Envelhecimento Ativo e Saudável, todos os projetos ligados ao setor do acompanhamento da infância e por aí fora estavam distribuídos por outras rubricas orçamentais. Aquilo que outrora era compulsado como ação social estava distribuído num conjunto de outras rubricas. O Envelhecimento Ativo e Saudável estava fundamentalmente na cultura, o acompanhamento das atividades para os mais novos estava distribuído entre a cultura, a educação, a juventude e o desporto. Havia verbas que eram tipicamente alocadas como orçamento da ação social e que, embora tendo fins de ação social, tinham outras finalidades também e estavam distribuídas pelos orçamentos das outras orgânicas, dando uma leitura mais comprimida de um setor que não tinha infraestrutura, que não tinha um volume de recursos humanos comparado com o contingente da higiene urbana. -----

----- Estavam a falar de realidades muito diferentes mas do ponto de vista do pessoal havia uma resposta no Orçamento, que era o aumento de uma vaga especificamente para reforçar o setor onde sentiam que existia maior potencial para aumentar o nível da execução. -----

----- Aquilo que havia de compromisso do CDS era formulado antes da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa, de alocação de 5% do orçamento de despesa ao Fundo, mas 5% numa Junta como a do Campo Grande tinha um significado diferente daquilo que tinha o Orçamento de uma Freguesia como Alvalade atualmente. Representaria cerca de 250 mil euros e ficava uma rubrica lindíssima, se fossem todos demagogos era uma coisa genial, mas no fim era a execução que contava e não havia infraestrutura que permitisse atingir essa execução. -----

----- Mesmo que conseguissem cobrir todas as necessidades, um instrumento como o Fundo com uma dotação de 250 mil euros só teria uma execução integral se passassem acima daquilo que eram os limiares tradicionais da elegibilidade para apoios financeiros. Já estariam com o Fundo não a fazer ação social, mas a fazer qualquer coisa acima disso. Portanto, era preciso pensar nisso de uma forma muito frontal e muito transparente, com muito rigor na forma como os exercícios eram feitos, sob pena de não estarem a olhar para o lado certo do problema. -----

----- Em relação à requalificação dos logradouros, como explicara na reunião do direito de oposição, não era preciso estar tudo escrito e especificadinho nas Opções do Plano porque elas confrontavam a realidade do trabalho que tinha sido desenvolvido, a narrativa e o pensamento que lhe subjaziam. Naquilo que se referia aos logradouros onde os espaços verdes não eram mencionados, o que sempre tinham dito era que no mandato anterior seria dada prioridade àqueles que fossem mais simples de implementar, aqueles que confrontavam menos as construções ilegais que estavam nos logradouros traseiros do Bairro das Caixas, e que seria dada uma utilização plural do ponto de vista dos usos, não apenas de estacionamento. -----

----- Tinham sido criadas zonas de estadia que se verificara não funcionarem, porque as zonas de estadia em logradouros traseiros atraíam quem quisesse desenvolver atividades

de quem convinha mais as traseiras do que arruamentos visíveis. Promovia aglomerações que não eram boas do ponto de vista da segurança. -----

----- Também hortas urbanas, que estavam aliás em expansão, já iam projetadas do anterior mandato e continuavam. Quando falavam de logradouros não falavam de logradouros em abstrato, falavam de logradouros concretos e em confronto com aquilo que fora a política que desenvolveram e que afirmaram continuar a desenvolver, que sempre incluíra do ponto de vista do estacionamento um cuidado especial com os materiais de manutenção das drenagens, como a colocação de elementos adicionais, designadamente hortas, para conseguir uma manutenção eficiente e uma envolvimento comunitária que permitisse substituir aquilo que foram as representações do passado sobre a apropriação daqueles territórios e onde as hortas urbanas se revelavam instrumentos particularmente eficazes. -----

----- Estavam identificados e propostos à Câmara quais os logradouros que se entendiam suscetíveis de intervenção e não incluíam apenas estacionamento. Teriam estacionamento com certeza, porque essa era uma carência relevante daquele território, mas teriam outros tipos de utilizações como parques infantis, hortas e outras, dependendo da conformação de cada logradouro, do espaço que ele permitia para intervir e da discussão pública que sempre se fazia quando empreendiam esse tipo de intervenções. -----

----- A reformulação dos logradouros da Avenida do Brasil formalizava parte do estacionamento que atualmente era estacionamento selvagem. A longitudinal da Avenida do Brasil tinha caldeiras de árvores anormalmente grandes, algumas das quais até já tinham sido abatidas por se encontrarem com um problema fitossanitário. Nessa longitudinal haveria uma redução da dimensão das caldeiras para aproveitar o mais possível o estacionamento comportável por aquele troço, dando um saldo total de 28 novos lugares legais. Permitia absorver parte das zonas debaixo dos prédios e das zonas vazadas dos prédios, onde era indesejável existirem automóveis, sem prejuízo das cargas e descargas que eram passíveis de serem feitas pela rua paralela. -----

----- Quanto ao jardim João Ribas, podiam divergir nesse ponto. Estava convencido da bondade da solução. Aquele edifício tinha sido um contributo significativo para o maior problema de apropriação do espaço envolvente ao Palácio dos Coruchéus, porque ele representava uma barreira visual a partir do arruamento viário. Portanto, a proposta era muito clara, demolição e a colocação de um quiosque no fundo, precisamente para funcionar como âncora, para que as pessoas se apropriassem do espaço e com a sua frequência aumentarem os níveis de segurança, permitindo ao mesmo tempo dar um apoio de cafetaria à Galeria Quadro, ao complexo de ateliers, aos trabalhadores da EGEAC que estavam ali nas galerias municipais e à biblioteca, como a toda a envolvente e a todos os utilizadores daquela zona. -----

----- Essa era uma opção muito clara e para além do quiosque havia o alargamento da zona infantil que já se iniciara, haveria um parque de fitness, para esse espaço poder ser intergeracional e permitir dinâmicas pais/filhos e avós/netos. -----

----- O verbo que estava associado à proposta relativa ao Mercado de Alvalade tinha sido escolhido com muita precisão, definir as opções. Havia algum trabalho ainda a fazer para clarificar as opções, mas não se começara a enunciar essa prioridade nesse momento e, portanto, o mesmo que dissera em relação aos logradouros também se aplicava ao Mercado de Alvalade. Havia um discurso que sempre tinham feito de forma constante relativamente à perspetiva que tinham para aquele mercado. -----

----- Em primeiro lugar, sempre tinham dito que esse mercado não podia ser o terceiro e porventura pior mercado da Ribeira ou de Campo de Ourique. Primeiro porque o Mercado de Campo de Ourique estava moribundo e qualquer intervenção não poderia

representar um risco para os comerciantes que lá estavam, que já não eram praticamente nenhuns. Depois porque o Mercado da Ribeira podia ser ali, num aeroporto ou num hangar de camionagem, qualquer espaço amplo servia para fazer aquela intervenção. Não havia uma única relação entre a zona da comida confeccionada e o mercado de frescos.-----

----- O Mercado de Alvalade não era assim, funcionava, era forte e tinha clientela, não a suficiente mas tinha clientela. Uma intervenção que não fosse feita por etapas, como aquela que defendiam e começaram a executar em parceria com a Câmara, podia determinar períodos de encerramento do mercado que matava essa clientela e que impedia depois da obra feita restaurar a procura. Depois porque aquele mercado tinha que continuar a ser o melhor mercado de frescos da Cidade de Lisboa. A intervenção iria sempre respeitar essa dimensão.-----

----- O parque infantil coberto que ali se instalara, quando a chuva se consolidasse iria tornar evidente o potencial que tinha porque era o único na Cidade de Lisboa, tinha um elemento alusivo a essa dimensão dos frescos, o brinquedo era um trator aludindo precisamente a essa dimensão do cultivo.-----

----- Chamara-se o programa “Vamos todos ao mercado” da CML para ter as suas instalações ali, para que os programas escolares de contacto entre os alunos das escolas básicas de toda a cidade fossem feitos naquele mercado. Portanto, a intervenção que se pretendia era apenas para aproveitar melhor o espaço, para ter mais espaços de alimentação confeccionada e esplanadas, no sentido de criar novas âncoras que comunicassem com o que ali estava.-----

----- De outra maneira não fazia sentido que estivesse em curso, por exemplo, um concurso de atribuição de novas bancas para preencher os espaços sobrantes dessa fase de requalificação. Havia concorrentes para todas as bancas e só não se pusera a concurso uma banca que pretendiam preservar para a possibilidade de manter a ativação do mercado através de programação com eventos de *show cooking*, para os quais se chamavam chefes.-----

----- Tinha havido várias iniciativas no âmbito das várias intervenções da Docapesca, para aumento do consumo de determinadas espécies de pescado que tinham excedentes, como se fizera com Justa Nobre e com Nuno Queiroz Ribeiro no âmbito da apresentação da Estratégia Nacional para a Alimentação Saudável em parceria com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde. Porventura continuariam a fazer com a periodicidade que tem sido feito. Nas últimas semanas tem havido sempre uma animação específica...-----

----- Respondendo a um aparte, recordou que na sessão de instalação tinha dito que o que mais desejava era que a Assembleia de Freguesia participasse mais do que a anterior. Era um desgosto para os Membros do Executivo, por vezes entregavam-se convites na própria Assembleia mas sempre eram convidados por via eletrónica e não apareciam ou apareciam muito poucos, exceção feita ao Membro Aquino de Noronha que era um participante mais assíduo nas atividades da Junta de Freguesia.-----

----- No último fim-de-semana tivera a felicidade de encontrar o Membro João Pessoa e Costa, na quinta edição do programa “Saúde em Ação”, onde acontecera uma animação a que assistiram em conjunto.-----

----- Era natural que houvesse muito a fazer em termos de estacionamento, mas isso podia-se dizer relativamente a quase todas as políticas públicas. Se substituíssem a palavra estacionamento por outra coisa qualquer chegariam sempre ao mesmo resultado. Se dissessem que muito havia para fazer no âmbito do combate ao analfabetismo, isso não prejudicava nada aquilo que já se fizera. Era evidente que estavam agradados pelos resultados atingidos porque representavam o corolário de uma política que, circulando

nas ruas, todos viam que produzira efeito. Recebiam a população nas reuniões públicas e nos atendimentos e sabiam o impacto. Era óbvio que estavam satisfeitos, ou infletiriam a política, mas estavam tão satisfeitos que a queriam aprofundar. Portanto, era natural que as Opções do Plano continuassem a sinalizar os setores onde a prioridade fora exigida no passado e continuava a ser exigida no presente, demorando ainda alguns anos até poderem abandonar essas políticas.-----

----- Os exemplos dados eram bem o sinal daquilo que considerava muito importante a transformar na política portuguesa em geral, não era dirigido ao Membro António Prôa, mas na política autárquica em particular e que era começarem a distinguir a forma de conhecimento que resultava das perceções individuais e métricas adequadas. O exemplo da Rua Alfredo Cortês era um bom exemplo.-----

----- O Membro António Prôa não levasse a mal que procurasse contrariar a visão que ali levava, porque ela era importante para compreenderem o que estava em causa. Muitas vezes a realidade, quando medida, podia levar a enormes surpresas. Falando outra vez de troços, a Rua Alfredo Cortês tinha dois troços distintos, um troço que estava entre a Rua António Ferreira e a Rua Jorge Ferreira Vasconcelos e um troço entre a Rua Jorge Ferreira Vasconcelos e a Rua de Entrecampos. Era natural que o Membro António Prôa conhecesse os dois troços por igual mas o que resultava da sua intervenção era que, embora conhecendo, era natural que não os tivesse medido.-----

----- Havia um dado absolutamente impressionante quando mudavam da perceção para a métrica porque os dois troços eram exatamente iguais. Tinham exatamente o mesmo perfil de via, a mesma distância de estacionamento a estacionamento. O troço entre a Rua Jorge Ferreira Vasconcelos e a Rua de Entrecampos sempre tivera dois sentidos e só agora com o mesmo perfil na transição, porque apesar de tudo estavam na transição e já havia significativas diferenças do ponto de vista do comportamento dos automobilistas, havia uma disrupção inicial pela experiência do comportamento passado que era alterada mas a rua era igual em todo o seu comprimento.-----

----- Estavam a discutir uma métrica e era exatamente igual. Portanto era natural que nessa fase ainda houvesse uma forte pressão porque os automobilistas estavam a mudar o seu comportamento viário. Podiam ter todas as perceções mas responderia sempre com métricas.-----

----- O perfil da Rua Alfredo Cortês era muito significativo para o conjunto das medidas de acalmia no bairro. A implementação de medidas de acalmia de tráfego, fundamentalmente contidas numa ideia de Zona 30, tinham que ser implementadas por fases mas tinham que ter um caminho de grande energia. O problema do Bairro de São Miguel não tinha nada a ver com a utilização que era feita pelos moradores, essa ideia não estava correta. Não a estava a imputar ao Membro António Prôa, mas era uma ideia errada. O que acontecia era que a tipologia do Bairro de São Miguel, perfeita para a implementação de uma Zona 30 nos seus princípios essenciais como foram definidos pela Organização das Nações Unidas, chocava com uma utilização da escola do Bairro de São Miguel.-----

----- Um dos objetivos das Zonas 30 era proteger os equipamentos dentro dos bairros residenciais, mas aquele equipamento em concreto era fundamentalmente utilizado por pessoas de fora do bairro. Portanto, estariam a defender o bairro dos seus principais utilizadores, que eram as pessoas que transportavam as crianças de automóvel para o Bairro de São Miguel e que não viviam no Bairro de São Miguel.-----

----- Tinham que continuar a aprofundar a implementação das medidas de acalmia de tráfego e já tinham proposto à CML, estava em discussão. O projetos que estavam em início de elaboração no mandato anterior foram já submetidos para, com as condicionantes adicionais que era preciso introduzir no bairro, diminuir a procura do

tráfego de atravessamento. Toda a circulação viária iria ganhar qualidade, era um processo em curso. -----

----- Havia uma enorme dificuldade em encontrar interlocutores institucionais no Bairro de São Miguel. Não havia nenhuma coletividade local, ou associação de moradores. O que se encontrava eram fenómenos muito inorgânicos de representatividade e que pareciam não agregar verdadeiramente as preocupações do conjunto do bairro, mas o diálogo teria que se fazer publicamente. Não da mesma maneira que se fizera no outro projeto da Zona 30, com uma reunião na escola onde os pais das crianças “dinamitaram” o processo de implementação da Zona 30, porque compreenderam que os processos de Zona 30 eram para defender o bairro da sua utilização viária. -----

----- Era um tema muito interessante, do qual iriam com certeza ter muitos debates ao longo dos quatro anos, muitas discussões públicas para envolver outros interlocutores e em particular a própria população dos bairros. Se estivesse errado tinha toda a disponibilidade para reverter essas medidas, mas estava plenamente convencido que com o tempo e com a implementação de novas medidas a maior parte dos problemas seriam mitigados. -----

----- Da mesma maneira que o cruzamento da Avenida Rio de Janeiro com a Avenida do Brasil era um bom exemplo. Se o Membro António Prôa fosse recuperar a intervenção ali feita iria constatar que desse lado até nem acontecera uma alteração do número de vias a circular para cada lado. Havia a alteração da largura de uma das vias mas não no número de vias. Podia-se confirmar com as plantas sucessivas, ou confrontando a situação atual com a imagem que ainda estava no *google maps*. -----

----- O que acontecera era exatamente do lado da Avenida dos Estados Unidos da América. Havia a perceção de grandes dificuldades de estacionamento naquela zona por supressão da via de virar à direita. Isso estava medido, havia trânsito em determinados períodos do dia mas nada de anormal...-----

----- Respondendo a um aparte, disse que quando se contrapunham métricas e factos a perceções havia sempre um grande pano para divergência. Já tinha percebido que indignava o Membro António Prôa conhecer as suas posições mas teria que se habituar porque continuaria a manter o registo. Estavam habituados a uma certa elevação nos trabalhos da Assembleia e parecia que desse ponto de vista tinha também havido uma evolução noutra sentido. -----

----- Disse que a Rua Conde de Sabugosa era uma obra da CML. Quanto à Avenida da Igreja, a solução proposta estava a ter uma apreciação do ponto de vista técnico, precisamente para acautelar os riscos que pudesse identificar. Seria uma discussão muito aprofundada pela Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e que seria depois tornada pública, com a participação da população.-----

----- Quanto à qualidade dos materiais, depois pediria que fosse posto por escrito os materiais que considerava mais adequados, para que pudessem encaminhar aos serviços e para eles poderem apreciar do ponto de vista técnico, porventura concordando poderem incorporá-los nos projetos. Era uma discussão que dificilmente teriam com toda a profundidade no contexto de uma Assembleia de Freguesia mas teria todo o gosto em continuar a aprofundar esse tema. -----

----- Sobre a higiene urbana havia muito a dizer. Haveria sempre perceções negativas, nem que fosse por uma circunstância de que a limpeza era um estado negativo e a sujidade era uma presença visível. -----

----- Talvez fosse preciso um enquadramento introdutório para quem chegava pela primeira vez à Assembleia de Freguesia e não tinha acompanhado o trabalho coletivo e com forte apoio de todos os partidos desenvolvido nesse setor. -----

----- A Junta de Freguesia de Alvalade tinha sido a primeira da Cidade de Lisboa, e julgava que do País, a obter a certificação de um sistema de gestão da qualidade ao abrigo da norma ISO9001 para um serviço de higiene urbana. Pensava que para qualquer serviço mas não tinha a certeza desse facto e não queria insistir nele, mas quanto à higiene urbana era um facto certo e determinado. No âmbito desse sistema de gestão da qualidade eram dados passos anualmente no sentido de ir identificando as necessidades, de ir acompanhando as métricas, de saber em que sentido estava a evolução. Fizeram-se significativos investimentos.-----

----- O serviço de higiene urbana que a Freguesia de Alvalade tinha atualmente não tinha nenhuma comparação com o serviço de higiene urbana que recebera da CML em março de 2014. Não tinha em número de recursos humanos nas diferentes categorias, não tinha do ponto de vista da qualidade dos equipamentos de proteção individual dos trabalhadores, não tinha do ponto de vista dos procedimentos e da certificação do seu cumprimento, não tinha do ponto de vista dos equipamentos. Fizera-se um investimento orçado em mais de um milhão de euros em equipamentos muito significativos e que estavam visíveis nas ruas, duas varredouras, uma lavadoura, aspiradores, viaturas de transporte, viatura elétrica para recolha de papeleiras. Tinha sido inclusivamente feita uma tese de mestrado do Instituto Superior de Economia sobre o circuito de recolha de papeleiras da Junta de Freguesia de Alvalade.-----

----- Atualmente tinham uma perceção muito clara de qual fora a evolução e, portanto, voltava às métricas para comparar coisas que podiam comparar. No ano de 2016, quando se começara a medir os metros cúbicos recolhidos nas ruas de Alvalade no âmbito da operação do sistema de higiene urbana, foram recolhidos 300 metros cúbicos de resíduos. No presente ano, ainda sem ter acabado, em outubro foram já recolhidos 620 metros cúbicos. Era certo que iriam ultrapassar para mais do dobro a quantidade de resíduos recolhidos.-----

----- Essa métrica era muito importante. Podia ter várias interpretações, podiam de repente achar que em Alvalade as pessoas começaram a verter lixo para os arruamentos e por essa razão era mais recolhido, mas não parecia que essa fosse uma hipótese particularmente plausível.-----

----- Reconhecia a existência de problemas e por isso tinham um sistema de gestão da qualidade que fazia a recolha de todas as ocorrências e que permitia tratá-las de uma forma parametrizada, para se conhecer de facto aquilo que era feito. Aliás, quando se sugeria que deviam ser conhecidas as operações de lavagem, elas eram conhecidas. Os relatórios operacionais da higiene urbana, em anexo às informações escritas que trimestralmente eram apresentadas, tinham enunciadas as operações de lavagem e as outras operações do serviço de higiene urbana, porque esse também era um pressuposto do sistema de gestão da qualidade. Era por isso que se tinham abalançado a ser a primeira Junta de Freguesia da Cidade de Lisboa e do País a atualizar a norma pela qual se certificava o seu sistema de gestão da qualidade.-----

----- Não iriam ser auditados nos próximos três dias pela norma 2009, seriam já auditados pela norma 2015, um ano antes de findar o prazo obrigatório para a atualização da norma. Portanto, não tinha nenhum reбуço em discutir esse tema, que também era uma prioridade central e onde conseguiram demonstrar na quantidade de investimento. Desde que se começara a medir conseguiram demonstrar nos resultados efetivos de resíduos recolhidos das ruas de Alvalade.-----

----- Estavam numa tendência de crescimento fortíssima, um investimento que estava previsto no Orçamento ao nível do contingente operacional de pessoal que iria resolver os problemas de saúde e prestação do trabalho nesse âmbito, que se herdara da CML no

âmbito da reorganização administrativa da cidade, e que permitiria continuar a crescer nesse resultado. -----

----- Queriam continuar a crescer sempre. Todos tinham a ambição de uma Freguesia limpa mas parecera sempre fundamental ter esse setor particularmente medido para poder comunicar. Era mais fácil conseguir comunicar o resultado de políticas públicas através de métricas objetivas e que tinha muito gosto em dar a conhecer. -----

----- Quanto aos mapas com correlação entre as medidas colocadas no Plano e no Orçamento, havia o entendimento de que o grau de especificação do Orçamento permitia fazer essa correspondência com muita facilidade. Não era preocupação que tivesse sido canalizada por qualquer força política nos últimos quatro anos, ou nas audições feitas com os partidos da oposição para a preparação do Orçamento. Não iria tomar uma posição definitiva sobre isso porque o próximo Orçamento seria apresentado num referencial diferente e, portanto, tinham que ver qual seria a conversão a ser determinada pelos serviços competentes da administração central. -----

----- Havia uma dimensão do Plano Plurianual de Investimentos, que era um dos elementos das Opções do Plano. Essas eram constituídas por dois documentos, as Linhas de Desenvolvimento Estratégico e o Plano Plurianual de Investimentos, que era o financiamento proveniente de verba recolhida em anos anteriores. Imaginassem um protocolo de delegação de competências como era o caso do Mercado de Alvalade Sul, onde porventura já se recebera da Câmara uma parte significativa do financiamento no exercício anterior, como aliás era o caso. Era natural que fosse financiado com verba de 2018 num valor significativamente inferior em relação ao total do investimento, que ainda não fora pago. Portanto, havia qualquer coisa que já ia financiada de trás e que o próprio Plano não contemplasse a rubrica para constar mas que dava essa leitura desviada do financiamento. -----

----- As duas grandes rubricas contavam, eram as que foram identificadas, mas já iam muito significativamente financiadas de trás. Obviamente que isso depois teria impacto na revisão orçamental, quando aprovassem a Conta de Gerência, em que se determinava o valor do saldo e imputava-se às rubricas que entretanto a Assembleia determinasse sob proposta do Executivo e aí a fonte de financiamento aparecia descrita como saldo de gerência. -----

----- Quanto à diversificação das fontes de financiamento, era evidente que um orçamento numa autarquia ao nível de freguesia tinha que ter como financiamentos primordiais os que advinham da Lei 56/2012, cujos montantes estavam definidos nos termos da alteração que a Lei 85/2015 determinara com uma larga maioria na Assembleia da República, podia dizer que até em prejuízo da Freguesia de Alvalade, e do Fundo de Financiamento de Freguesias. Eram as duas rubricas fundamentais. -----

----- Do ponto de vista das taxas importava uma clarificação, que era saber se a Assembleia de Freguesia ou a Junta eram verdadeiramente livres de fixar o nível de taxas que entendessem. Podia resultar da intervenção que isso era verdade e não era. Na verdade havia uma margem muito reduzida de pequenas taxas que correspondiam à menor cobrança e que estavam à disposição da Freguesia, em que na verdade estavam a aplicar ainda a tabela de taxas que se herdara da extintas Freguesias, que eram dirigidas pelo PSD. Estava-se a planear a revisão desse regulamento de taxas, que não era uma prioridade uma vez que havia taxas aprovadas e em vigor. Depois da revisão administrativa concluída existiam condições de poder endereçar essa matéria. -----

----- As restantes taxas mais significativas eram as do espaço público e essas eram definidas por Lei, por remissão legal para o Regulamento das Taxas Municipais. Essa fora uma discussão muito animada no anterior mandato autárquico, porque havia Juntas de Freguesia que não se consideravam vinculadas ao Regulamento de Taxas e as que se

consideravam tinham dúvidas de qual versão, porque de facto havia várias em vigor ao nível do Município e com disposições transitórias complexas. -----

----- Certo era que onde as taxas tinham significado no Orçamento, a Assembleia não era livre de as fixar porque a Lei determinara a aplicação por remissão diretamente das taxas municipais. Essa reflexão era interessante mas incidia sobre uma porção muito pequena da receita e, portanto, essa ideia de desonerar os contribuintes, tinham que a levar à Assembleia da República. Os órgãos municipais não eram verdadeiramente livres de o fazer. -----

----- Preferia uma política que gravasse, apesar de tudo, os utilizadores desses bens públicos. As taxas de que estavam a falar eram cobradas em atividades que oneravam as responsabilidades da Junta com manutenção de espaço público e de equipamentos. Por exemplo, a receita do mercado correspondia no fundamental à despesa com a sua manutenção. As taxas de ocupação do espaço público oneravam aqueles que pretendiam realizar atividades em espaço público que introduziam desgaste desse espaço, ou sacrifício para efeitos de uso privativo de um bem que era de todos. -----

----- As taxas dos canídeos e gatídeos eram um financiamento pequeno para a quantidade de queixas que existiam a propósito de dejetos de animais de companhia nos arruamentos da Freguesia, sendo muito mais caro combater, do que a receita da taxa que era cobrada para esses animais de companhia. Para dar ideia de uma taxa que era significativamente inferior ao encargo que a titularidade daquele direito gerava, o direito de propriedade sobre um animal de companhia. -----

----- Disse que a Assembleia teria sempre a informação que desejasse e que solicitasse. Havia muita que era pública e estava no site, designadamente alguma que tinha sido solicitada pelo PSD constava, como fossem todos os documentos de gestão previsual dos anos anteriores. Estavam disponíveis online. -----

----- Outra informação ora pública pelos próprios instrumentos de transparência da contratação pública, designadamente o Base.Gov, onde eram particularmente escrupulosos no carregamento. -----

----- Por outro lado, nunca o Executivo no passado se furtara a habilitar a Assembleia de Freguesia com que informação ou documentação fosse e não iria começar a fazê-lo. Tinha uma leitura de todos esses documentos como documentos públicos e facultavam-se, ao abrigo da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, a todos os cidadãos que o requeressem e com essas garantias, maiores que as do estatuto do direito de oposição, a quem, mais do que um mero cidadão, tinha um mandato eletivo para representar cidadãos. -----

----- Compreendia as dificuldades, já tinha estado do outro lado, era muito difícil o mandato que tinham entre mãos porque o nível de informação era efetivamente muito desproporcional, mas não significava que por um lado não pudessem assistir às reuniões públicas do Executivo e com isso assistirem à atividade corrente da Junta de Freguesia e interelarem nesse contexto, ou que não pudessem solicitar os documentos pertinentes para conseguirem fazer uma apreciação daquilo que era a atividade da Junta, que nunca no passado se furtara a entregar documentos fosse a quem fosse. -----

----- Pediu desculpa por ter sido longo, mas numa primeira Assembleia de Freguesia do mandato havia determinadas dimensões da atividade que era útil serem do conhecimento dos Membros da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que tinham mais onze pontos na ordem de trabalhos. Ao abrigo do artigo 7º, alínea f) do Regimento, podia limitar os tempos das intervenções, no pressuposto de que não iam estar ali até às sete da manhã. Todos tinham coisas para fazer, muitos tinham que trabalhar. -----

----- Ao abrigo do artigo 15º do Regimento, podiam interromper os trabalhos para consultas entre os grupos e manter a interrupção até uma sessão a remarcar. Portanto, deixava à consideração o seguinte: -----

----- Podia limitar a qualquer momento os tempos de intervenção e isso aplicava-se a todos, ao Executivo e aos Membros da Assembleia de Freguesia. Se entendessem que as intervenções que se iriam seguir teriam extensões equivalentes ou aproximadamente equivalentes às que se registaram até ao momento, de imediato interrompia a Assembleia, fazia-se uma consulta entre os grupos e a reunião seria retomada oportunamente noutra data.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que estavam no ponto 2 da ordem de trabalhos, a Junta de Freguesia e todos os partidos ali representados fizeram um esforço para chegarem ao momento da apreciação do Orçamento porque ele importava para a continuidade da atividade da Junta durante o mês de dezembro e na entrada do novo ano. Não era irrelevante o calendário de aprovação do Orçamento e ficaria até surpreendido, independentemente da liberdade de todas as forças políticas para levarem o que quisessem à Assembleia, que deixassem de apreciar documentos de gestão previsional absolutamente centrais ao desenvolvimento da atividade da Junta e de exercer competências administrativas muito relevantes para a continuidade da atividade da Junta de Freguesia, como eram as repartições de encargos plurianuais, que gorassem as expectativas daquelas coletividades que ali se apresentaram porque tinham protocolos para serem apreciados pela Assembleia. Isso pela razão de terem estado uma hora e meia, com todo o respeito, a discutir as moções que entenderam com a liberdade que entenderam mas que, apesar de tudo, não estavam no coração das atividades para as quais todos foram eleitos pela população de Alvalade.-----

----- Acima de tudo surpreendia que depositassem mais energia nalguns factos histórico que tiveram lugar há mais de 40 anos antes do que os atos administrativos acometidos à Assembleia e para a qual foram eleitos, tendo todos feito um enorme esforço para chegar até ali. -----

----- Sabia que o Senhor Presidente da Assembleia compreenderia, porque os serviços da Junta também foram colocados sob um enorme esforço para atingir esse resultado. Não obstante outras atividades que exercia e que conheciam, tinha disponibilidade. Seria muito grave para o funcionamento da Freguesia, seria inédito, inusitado e a Junta ficaria muito impressionada. Com todo o respeito que tinha pela Assembleia e que era muito, a Junta ficaria muito impressionada com esse resultado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que ficariam todos muito impressionados, mas as impressões valiam o que valiam e se tivessem que interromper a sessão ela seria retomada no dia seguinte, porque o Regimento permitia isso. Permitia interromper para consultas entre os grupos e sobre a retoma o Regimento era omissivo. Portanto, retomariam no dia seguinte. -----

----- Se entendessem que havia espaço e tempo para se poder aprovar o ponto 2 e mais alguns, com limite de tempo, assim o fariam. No entanto, voltava a dizer que não estava ali e muitas pessoas não iriam estar ali a noite inteira. Não havia condições para isso. ---

----- **Membro José Moreira da Silva (PSD)** disse que apoiava o Senhor Presidente da Assembleia, embora também gostasse que o ponto 2... se houvesse um esforço de todos os Membros da Assembleia e da Mesa ganhariam. Estavam na fase final e realmente eram documentos previsionais, sempre com alguma urgência para serem aprovados e dados alguns atos subsequentes que tinham de ser tomados até à sua plena efetividade. -

----- Pela parte do PSD estariam de acordo em terminar o ponto 2 mas dava o acordo ao Senhor Presidente da Mesa no sentido de interromper para conversações entre os grupos e retomar a reunião quando o Senhor Presidente quisesse. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** propôs que marcassem uma hora, até às duas horas. Pedia-se contenção e bom senso para terem intervenções curtas. Se até às duas horas não estivessem votados todos os pontos, então sim. -----

----- **Membro Francisco Camacho (CDS-PP)** disse que devia ser votado o ponto 2 e deixava à consideração do Senhor Presidente da Mesa, perante as circunstâncias e os pontos de matéria protocolar, sobretudo com as entidades que estavam presentes na Assembleia de Freguesia, que houvesse uma célere exposição por parte do Executivo se fosse esse o entendimento. -----

----- Quanto aos demais pontos, com toda a celeridade devia ser marcada uma continuação da Assembleia de Freguesia. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que o ponto 2 teria que ser votado e acolhia essa posição de tentar agilizar os pontos referentes às entidades que ali estavam presentes, mas faria todo o sentido que parte da reunião fosse adiada para que todos se pudessem pronunciar bem sobre os pontos que estavam em discussão. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que iriam terminar e votar o ponto 2, percorrendo as suas seis alíneas. As intervenções que se registassem ainda, pedia que fossem concisas. Não iria estabelecer nenhum tempo limite, seria o seu bom senso a ditar o momento em que interromperia. -----

----- Depois do ponto 2, por respeito ao público representante das associações que eram objeto de protocolos de colaboração, passariam aos pontos 8 e 9 e de seguida interrompiam a Assembleia. Pela sua parte poderia ser marcada já para o dia seguinte. --

----- **Membro António Prôa (PSD)** disse que confiando no bom senso do Senhor Presidente na condução dos trabalhos, mas ainda assim que no futuro pudesse haver um registo dos tempos utilizados por cada um dos intervenientes, para que em cada momento tivessem essa noção. -----

----- Relativamente às Opções do Plano e indo também às métricas, estavam em início de mandato e era muito importante estabelecer práticas que fossem previsíveis por todos os presentes. Prezava muito a métrica, aliás a sua formação levava-o a prezar as métricas, mas prezava também outra coisa, prezava a igualdade de condições na discussão. -----

----- Parecia-lhe ser de bom tom que cada vez que falassem em métricas, os que estavam no âmbito de uma determinada discussão tivessem acesso à mesma informação. Portanto, pedia que de futuro, cada vez que falassem em métricas, elas fossem de facto partilhadas. Só assim haveria igualdade na discussão. De outra forma não lhe parecia correto utilizar esse tipo de argumentação, até porque reduzir a ação política às métricas desprezando o sentimento das pessoas, era algo que nunca faria. Enquanto tivesse um cidadão eleitor que confiara em si e que reivindicava por ter a rua suja, ou por se sentir prejudicado na sua circulação, não interessavam as métricas, interessava a preocupação desse cidadão e era sua obrigação levar ali. -----

----- Quanto às métricas em concreto, também valia a pena ser rigoroso na métrica que o Senhor Presidente da Junta utilizara quanto à Rua Alfredo Cortês. Ao contrário do que tinha sido dito, não havia dois troços, existiam três com distâncias diferentes, nem todos tinham estacionamento dos dois lados ou estacionamento. Para serem rigorosos, eram três. -----

----- Também não era correto comparar métricas de estacionamento em espinha com estacionamento paralelo ao passeio. Isso por uma razão muito simples e que o poderiam acompanhar, que era a amplitude de comprimento entre os veículos tinham uma variabilidade muito superior à da largura dos veículos. -----

----- Bem sabia que o estacionamento estava lá marcado, mas muitas das vezes os automóveis eram mais compridos do que a linha que fora traçada para o estacionamento

e isso tornava absolutamente irrelevante a métrica que o Senhor Presidente da Junta referira ali.-----

----- **Membro Ana Rita Costenia (CDS-PP)** perguntou quantas crianças compreendia o orçamento da Praia/Campo Infância por ano. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que tinha três pontos a colocar. Um sobre a manutenção dos espaços verdes e a viabilidade dessa solução e sobre a questão de ser uma função que acarretava novos custos para a Junta de Freguesia. Percebia que isso mereceria uma explicação mais prolongada e estavam com dificuldades. -----

----- Por outro lado, sobre a questão dos logradouros, não era preciso estar tudo escritadinho mas era melhor que estivesse. Tinham compromissos claros com a população que representavam. -----

----- Sobre a ação social, de facto havia uma diminuição e isso seria de esclarecer, não só de 2017 para 2018 mas também da própria revisão que tivera o acolhimento das propostas e sugestões dos vários partidos no direito de oposição. Havia também uma redução ao nível das despesas com pessoal e pessoal em regime de tarefa. -----

----- Gostaria de ver esclarecidas essas reduções significativas ao nível do orçamento da ação social. Uma redução ao nível do pessoal numa área que sabiam ter necessidade de um reforço. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por referir que uma Assembleia de Freguesia como a de Alvalade nunca demorara mais de um minuto a apreciar propostas de assunção de encargos plurianuais. Até sugerira antes da Assembleia que esses pontos fossem discutidos em conjunto. -----

----- Dirigindo-se ao Membro António Prôa, disse que o acesso prévio a métricas era impossível. Tanto mais não fosse porque não adivinhava quais eram os temas que ali iriam suscitar. -----

----- Fornecia essas métricas ao longo da sua intervenção e jamais se iria privar de o fazer estando na posse delas. Também acharia estranho que o Membro António Prôa se privasse de informação que tivesse. -----

----- Todas as métricas que usara eram públicas e estavam nas plataformas comunicacionais da Junta de Freguesia. Implicava só que elas fossem consultadas amiúde. -----

----- Quanto aos automóveis serem mais compridos, aí remetia para a solução do Código da Estrada, que previa essa situação. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que o Código da Estrada podia ser motivo de risada mas devia ser levado a sério por autarcas. -----

----- Respondendo à questão da Membro Ana Rita Costenla, disse que eram 150 crianças em dois turnos, num total de 300 crianças. Existia um conjunto de critérios de distribuição das vagas que privilegiava os filhos de residentes na Freguesia, num segundo escalão os netos e só num terceiro escalão os filhos de trabalhadores na Freguesia. Nunca tinham deixado de ser preenchidas as do primeiro escalão, era a indicação que havia dos serviços. Havia uma cobertura muito razoável em relação à procura. -----

----- Quanto à manutenção dos espaços verdes, era uma discussão eterna. O BE defendia que deviam ser trabalhadores da Junta de Freguesia a fazer, o Executivo achava que a metodologia era mais eficiente porque não herdaram uma infraestruturas como acontecera por exemplo com a higiene urbana e, portanto, os custos de implementação de um serviço de manutenção dos espaços verdes dirigido pela Junta seriam extraordinários e provavelmente inoportunos.-----

----- Não se podia comparar só o que eram custos de pessoal, porque havia custos de armazenamento, custos de equipamento, tratamento de férias, faltas e licenças. Eram custos que não existiam numa operação terceirizada. -----

----- Era natural que houvesse muitos gastos nesse setor. Tinha sido o envelope financeiro determinado no contexto da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa e que ia alocado aos espaços verdes em concreto. Já existia previamente um grande volume de despesa nesse setor que transitara da CML para a Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 2.1, “Linhas de desenvolvimento estratégico”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU), 3 votos contra (PSD) e 6 abstenções (CDS-PP, BE e 1PSD). -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2.2, “PPI”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP e BE). --

----- Submeteu à votação o **ponto 2.3, “Orçamento de receita”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP e BE). -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2.4, “Orçamento de despesa”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU), 1 voto contra (BE) e 8 abstenções (PSD e CDS-PP). -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2.5, “Mapa de pessoal”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PS e CDU) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP e BE). -----

----- **Membro Ana Gouveia (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Este não é o Orçamento que a CDU proporia à população de Alvalade. Contudo, empenhámo-nos em contribuir, partindo da autonomia financeira e política dos nossos pelouros, para um Orçamento que melhor satisfaça as necessidades da população em matéria de educação, desporto e juventude. Não deixaremos, contudo, de manifestar e defender as nossas propostas para as diferentes áreas.* -----

----- *Em primeiro lugar, consideramos que as verbas alocadas aos pelouros da educação, desporto e juventude, que são da responsabilidade de Vogais do PCP, são insuficientes. Temos, porém, a expectativa do reforço de algumas verbas aquando da transferência do saldo de gestão do exercício de 2017.* -----

----- *Mas este Orçamento tem aspetos que valorizamos. Saudamos o aumento das vagas dos trabalhadores e consideramos que estas deveriam ser estendidas a outras áreas. Neste aspeto o PCP continuará a defender o aumento do número de trabalhadores nos quadros, de modo a dar resposta às necessidades da Freguesia.* -----

----- *Defendemos que em vez da externalização de alguns serviços, estes deveriam ser executados de forma gradual com o reforço de meios humanos alocados ao quadro de pessoal da Junta, nomeadamente com a limpeza no mercado e equipamentos da Junta, espaços verdes, pavimentos e espaços públicos.* -----

----- *Defendemos que a transferência ou delegação de competências no âmbito da reforma administrativa devem ser acompanhadas dos meios necessários para a sua concretização.* -----

----- *É necessário adquirir um mini-bus para apoiar as atividades próprias da Junta e de algumas instituições da cultura, desporto e juventude.* -----

----- *Defendemos o alargamento do hi-fi grátis em espaços públicos, a criação de um skate parque que ofereça as condições aos jovens para a prática da modalidade, a requalificação das casas de função nas escolas básicas de São João de Brito, Santo António e Bairro de São Miguel.* -----

----- Este é o primeiro Orçamento deste novo mandato autárquico e votámos a favor. Registamos algumas insuficiências, nomeadamente no que respeita a verbas para o recém criado pelouro da juventude. Temos a expectativa que os próximos Orçamentos preencherão as lacunas, para servir melhor os residentes e fregueses de Alvalade. -----
----- Para isso podem contar com os eleitos do PCP e da CDU.”-----
----- **Membro Afonso Moreira (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----
----- “O Bloco de Esquerda, após uma análise aprofundada deste Orçamento e das linhas de desenvolvimento estratégico, após ter apresentado perante os representantes da Junta de Freguesia de Alvalade as suas preocupações iniciais, vê com renovada preocupação as decisões tomadas pelo atual Executivo. -----
----- Nós consideramos que este Orçamento sofre de três principais erros: -----
----- Em primeiro lugar a reduzida aposta na área social, uma diminuição no Orçamento para esta função essencial da Freguesia e a fraca aposta ao nível dos seus recursos humanos. O quadro de pessoal é na ótica do Bloco de Esquerda insuficiente para lidar com a realidade da Freguesia no que toca ao apoio social. -----
----- Destacamos ainda a insuficiente transparência do próprio Orçamento, com rubricas de grandes dimensões, sem qualquer discriminação das despesas englobadas, apesar de reconhecermos uma melhoria. -----
----- Apontamos igualmente a continuação desta estratégia de contratação externa para a manutenção dos espaços verdes. Estamos a falar de preparar um contrato para os próximos dois anos, quase um milhão de euros nos próximos dois anos, o que mantém a Junta de Freguesia agarrada ao out sourcing e à externalização das competências que lhe são estruturantes, na nossa ótica, nomeadamente a manutenção das zonas verdes, criando na realidade um negócio em torno deste serviço essencial numa Freguesia como a de Alvalade. -----
----- Dito isto, é necessário serem dados certos passos no sentido de avaliar a melhoria destas condições caso houvesse internalização destes serviços,. -----
----- É por estas razões que o Bloco de Esquerda votou contra o Orçamento e as Opções do Plano apresentadas pela Junta, por considerarmos que é insuficiente para as necessidades da Freguesia e da sua população.” -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se havia tempo útil até ao dia seguinte para se distribuir o ponto 2.6, a autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais.-----
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse documento podia ser distribuído imediatamente, embora não cumprisse o prazo legal. A sua sugestão era que o adiamento da sessão fosse para dia 4 ou dia 5 de dezembro, que era a única forma que tinham de cumprir o prazo. A não ser que os grupos políticos prescindissem do prazo para o apreciar, considerando que era um documento de página e meia. Eram livres de o fazer. -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que se todos prescindissem do prazo legal podia ser no dia seguinte. -----
----- Perguntou se todos prescindiam do prazo legal e, verificando que um Membro não prescindia, anunciou a reunião de continuação para dia 4 de dezembro às 21 horas, sendo que até lá chegariam as peças. -----
----- Informou ainda que nessa reunião iria aplicar o artigo 7º, alínea f), relativamente à limitação de tempos de intervenção. -----
----- **Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 430/2017, relativa à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Coelhinhos Escola de Clube de Ciclismo de Lisboa – ECCLx;** -----

----- **Ponto 9 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 431/2017, relativa à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Associação de Escoteiros de Portugal;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o primeiro protocolo tratava de reforçar uma parceria com uma instituição de grande mérito e que iniciara a sua atividade no território da Freguesia. -----

----- A Escola Coelhinhos CLx tinha fundado o projeto de ensino curricular de bicicleta, que abrangia todas as escolas do ensino básico da Freguesia e que já se alargara para outras Freguesias da cidade. Esse protocolo dizia respeito a uma parceria na utilização de um espaço recentemente inaugurado, o Espaço José Gomes Ferreira. Resultava da verba que tinha sido conquistada com a vitória na primeira edição das Olissipiadas. Incluía um espaço de arrumos para bicicletas e outros equipamentos da associação, para facilitar atividades realizadas no Parque José Gomes Ferreira. O protocolo visava dar corpo ao aprofundamento dessa colaboração que se acrescentava às colaborações já desenvolvidas. -----

----- O protocolo com a Associação de Escoteiros de Portugal visava aprofundar os protocolos que foram discutidos pela anterior Assembleia de Freguesia de Alvalade no âmbito, quer da gestão do espaço escutista na Quinta do Narigão, quer da utilização das instalações para o Núcleo Regional da Associação de Escoteiros de Portugal no Centro Cívico Edmundo Pedro, que davam corpo à criação de um grupo de escoteiros na Freguesia de Alvalade dessa associação escutista. -----

----- Era utilizada provisoriamente uma instalação que estava parcialmente devoluta da Freguesia de Alvalade, que tinha as condições para rapidamente resolver as situações de dificuldade nas instalações onde esse grupo se encontrava, noutra local da cidade. Permitia de uma forma mais acelerada do que inicialmente previsto dar corpo à existência de um grupo dessa associação escutista no território e permitia uma melhor articulação com o núcleo regional que ali estava instalado, bem como com o espaço da Quinta do Narigão que a Associação de Escoteiros de Portugal tinha sob sua responsabilidade gerir. -----

----- Cumprimentou os escoteiros que ali tinham ido para acompanhar os trabalhos da Assembleia de Freguesia, a quem muito agradecia as parcerias que tinham desenvolvido e algumas das quais estavam até relatadas na Informação Escrita discutida no início dos trabalhos. -----

----- Sendo uma instalação provisória visava também criar as condições para que no futuro o alargamento do Centro Cívico Edmundo Pedro permitisse não apenas dar instalações com carácter definitivo a essa organização, mas também responder a um conjunto de solicitações que ainda estavam pendentes de outras instituições e às quais não fora dada tanta prioridade pela razão de, apesar de tudo, ainda terem instalações para o funcionamento. Não estavam na situação de dificuldade eminente em que se encontrava o grupo de escoteiros. -----

----- **Membro Catarina Ferreira e Silva (PSD)** disse que o PSD apoiava o protocolo em causa. -----

----- Sugeriu para o futuro, sem prejuízo do protocolo destinado às crianças, que se pensasse também num protocolo extensível aos adultos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 8 - Proposta nº 430/2017**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse, relativamente à Proposta nº 431/2017, que pela maneira como compreendera o protocolo havia uma situação preocupante de um possível desaparecimento desse grupo, que necessitava de uma sede provisória ou a sua

atividade ficava em sério risco no futuro. Como tal, era sensível a isso e a descobrir esse espaço para promover o acolhimento. -----

----- No entanto, ficava com uma dúvida ao nível da vigência do protocolo. Falava-se em um ano com renovações de ano a ano e ficava a dúvida sobre qual era de facto o limite do protocolo. Tendo em conta que estavam perante aquilo que chamaria uma “operação de salvamento”, fazia sentido que o protocolo por si só não fosse para além da própria legislatura.-----

----- Nesse sentido pedia o esclarecimento, saber se a vigência era de um ano, se era renovável automaticamente de ano a ano, se tinha um limite no final da legislatura. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que “operação de salvamento” era um pouco forte para chamarem a esse movimento. -----

----- Esclareceu que era anual porque se considerava ser uma instalação provisória e o protocolo estava vinculado a essa instalação.-----

----- Para dar flexibilidade podiam, à medida que fossem cessando os períodos de vigência, vir a localizar noutro edifício de forma mais permanente, mas a renovação era automática se não houvesse oposição por qualquer das partes. -----

-----No momento da celebração não se antecipava que a tão curto prazo iriam manifestar oposição a qualquer renovação anual. O protocolo não tinha um termo final completamente estabelecido, tinha um prazo de oposição à renovação.-----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que fazia essa pergunta porque de facto tinha ideia que em todos os protocolos anteriores existia um prazo de vigência e não de renovação automática.-----

----- Estavam a singularizar essa questão, mas fazia sentido por princípio que todos os protocolos não se prolongassem para além da legislatura. Daí estar a colocar a questão, porque aliás na votação anterior tinha sido no sentido de haver esse princípio. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o anterior era de três anos renovável, exatamente o mesmo modelo com um pouco mais de tempo na primeira vigência. -----

----- No caso presente tratava-se do primeiro protocolo submetido à Assembleia de Freguesia a propósito de uma cedência de instalações provisórias. Todas as outras tinham outro tipo de consolidação e admitiam que se configurasse um período inicial de vigência superior a um ano. Já se tinha feito a quatro, a três, a vinte. Nesse caso fazia-se anualmente porque podia-se dar o caso, se tudo corresse bem, que pudesse haver uma mudança para uma instalação mais definitiva ao fim do primeiro ano de vigência. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 9 - Proposta nº 431/2017**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP e BE) e 2 abstenções (CDU).-----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“A CDU não tem nada contra os escoteiros de Portugal, bem pelo contrário. Quando foi da cedência da Quinta do Narigão e da utilização do Centro Cívico votámos a favor. O que entendemos é que deviam ter sido encontradas outras soluções. Com a ocupação deste espaço, mesmo que seja por um ano renovável, inviabiliza a utilização por outras instituições e há instituições da Freguesia que já manifestaram que precisam de espaços e assim ficam de fora.”*-----

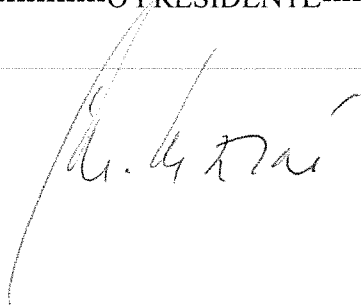
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a sessão ficava interrompida e só a concluiriam no dia 4 de dezembro. Até lá os serviços fariam o envio de um lembrete, mas para todos os efeitos considerassem-se todos convocados para o dia 4 de dezembro às 21 horas.-----

----- Deu por interrompida a sessão, era uma hora e trinta minutos do dia 29 de novembro de 2017.-----

----- Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. G. ...', is written over the line for the President. The signature is slanted and somewhat stylized.